

"A gente pertence
àquela terra...
O branco nunca vai
entender", explica
Cacica Damiana

Páginas 4 e 5

Indígenas denunciam
realidade dos povos
brasileiros na ONU

Página 12

UMA OUTRA DANÇA DA CHUVA

Povo Xukuru do Ororubá mostra, no agreste de Pernambuco, o quanto se pode aprender com a seca e levar água a todos e todas derrubando cercas e fugindo do modelo capitalista de agricultura e gestão do território. Durante sua 15ª Assembleia, indígenas reforçam a luta em defesa da Mãe Terra e pela descolonização das práticas internas nas aldeias, sobretudo a comercialização da água.

Páginas 8 e 9

DO BRASIL

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVI - Nº 375
Brasília-DF - Maio 2015

Nesta edição:
IV Encarte Pedagógico
Direito originário à terra

O ônus de não cumprir o dever constitucional

A Constituição Federal, promulgada, em 1988, é cristalina em relação aos direitos indígenas. O direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas está determinado em seu artigo 231. Já no artigo 67 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, a Constituição dispõe que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”, processo regulamentado pelo Decreto 1.775, de 1996. A atividade de demarcação de terras indígenas foi prevista também no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73).

No entanto, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de maio de 2015, de um total de 1.057 terras indígenas em todo o país, 59 aguardam há anos apenas a assinatura da presidente Dilma para serem homologadas, sendo que 18 delas não têm nenhum impedimento administrativo ou judicial. Outras 39 terras estão paradas na mesa do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, 11 também sem qualquer impedimento técnico ou jurídico. Um total de 161 terras indígenas aguardam que a Fundação Nacional do Índio (Funai) conclua seus estudos de identificação e delimitação. E um expressivo número de 331 terras indígenas reivindicadas pelos povos como sendo de ocupação tradicional ainda não tiveram quaisquer providências tomadas em relação aos seus processos de demarcação.

As consequências do não cumprimento do dever constitucional por parte dos governantes refletem-se diretamente nos territórios através do aprofundamento dos processos de violências e violações e do aumento dos variados crimes praticados contra os povos originários deste país, historicamente estigmatizados pelas elites, sempre movidas pelo acúmulo de capital, riquezas e terras.

Desse modo, o ônus dos assassinatos e da criminalização de lideranças, do aumento dos conflitos pela posse da terra e pelo acesso aos seus bens (madeira, minérios, água, biodiversidade, etc) e da desumanização das condições de vida de algumas populações deve ser imputado aos representantes do governo federal, que não cumprem suas obrigações constitucionais.

Ao comentar a paralisação do processo de demarcação do extremamente precário *tekoha* Apyka'i, tema abordado nesta edição, o procurador da República do Ministério Público Federal de Dourados, no Mato Grosso do Sul, Marco Antônio

Delfino de Almeida, foi incisivo: “Quando um burocrata em Brasília não cumpre suas atribuições e competências, as pessoas morrem. Se a demarcação tivesse finalizada em 1993, as pessoas que morreram em Apyka'i poderiam estar vivas. Se não cumpre seu dever público, ele está matando as pessoas. Esta noção de causa e efeito é que precisa ficar evidente. A Constituição não pode ser rasgada devido a critérios ou ambiente político”.

A ausência de um “ambiente político” tem sido uma das esfarrapadas justificativas do Executivo, mais especificamente do Ministério da Justiça, para não cumprir o seu dever de finalizar os processos demarcatórios das terras indígenas. Outra, vinculada com esta primeira, seria a necessidade de evitar a judicialização desses processos. Como solução, continuam a propor as já falidas “mesas de diálogo”. Ou seja, além de não cumprirem com suas obrigações, ainda exigem que os indígenas sentem para negociar seus direitos justamente com aqueles que cometem as piores violências e violações contra eles. A simples proposta de “negociar” seus direitos já é, por si, absurda e fere a Constituição.

“Por fora, bela viola... por dentro, pão bolorento”

A sabedoria popular tem a capacidade de expressar de modo brilhante e simples alguns conceitos ou análises. Esta, transcrita acima, pode ser usada para sintetizar a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas na atualidade. Vista por fora, parece repousar em um ambiente imerso em profunda harmonia e respeito. No entanto, diariamente, os povos indígenas sentem, na pele, uma realidade oposta à imagem que é vendida no exterior. Algumas lideranças tiveram a oportunidade de explicitar essa contradição no Fórum Permanente para Questões Indígenas, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado no final de abril, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Eles também pediram que o governo brasileiro respeite a Constituição do país. Não é pedir muito, é?

No penúltimo dia do evento, 30 de abril, o Cimi denunciou na ONU o assassinato de Euzébio Ka'apor por sua luta pela preservação da Terra Indígena Alto Turiçu, no Maranhão. Na mesma semana outras duas lideranças indígenas, Adenilson da Silva Nascimento, o Pinduca, do povo Tupinambá, e Gilmar Alves da Silva, do povo Tumbalalá, foram assassinadas na Bahia.

Porantinadas

Falta vontade política

O sítio eletrônico *Contas Abertas* veiculou a informação de que apenas 6% do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para a ação “Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato” foram efetivamente pagos até o dia 9 de abril de 2015. Ou seja, apenas R\$ 4,1 milhões do total de R\$ 72,1 milhões aprovados. A baixa execução repetiu-se nos anos anteriores. Em 2014, R\$ 24,6 milhões foram desembolsados dos R\$ 55,6 milhões disponibilizados. A utilização foi ainda pior em 2013: dos R\$ 87,8 milhões previstos apenas R\$ 16,8 milhões chegaram ao seu destino final.

Pedido de perdão

Em Fórum da ONU, lideranças indígenas demandaram que o Estado brasileiro reconheça a dívida histórica com seus povos originários. Esta exigência reforça a recomendação feita no capítulo indígena do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentado em dezembro de 2014, para que o Estado peça desculpas públicas aos povos indígenas pelas graves violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. Os governos da Austrália e do Canadá fizeram pedidos formais de desculpas às populações originárias de seus países pelas injustiças e violências cometidas no passado, respectivamente, em fevereiro e junho de 2008.

Dimensões das violações

Na Austrália, a “política de assimilação” permitiu que, até 1969, milhares de crianças dos povos originários fossem tiradas de suas famílias para viver com famílias brancas. No Canadá, o pedido de desculpas foi feito especialmente pelo fato de que, por cerca de um século, 150 mil crianças nativas foram arrancadas de suas famílias e colocadas em escolas residenciais, com o objetivo de inseri-las em uma sociedade cristã. Segundo estimativas da CNV a partir de pesquisas feitas com apenas 10 povos no Brasil, um total de pelo menos 8.350 indígenas foram mortos no período investigado. Em relação ao passado mais longínquo, as estimativas são de que cinco milhões de indígenas foram mortos desde a chegada dos portugueses, o que caracteriza uma situação de genocídio.

Tirando a máscara



“Se voltarem pra beira da estrada, vão morrer como morreram antes”

O cumprimento da ordem de despejo deve levar a comunidade de Apyka'i de volta ao martírio de viver na beira da BR-463, onde oito indígenas morreram atropelados; desde 2013 a comunidade aguarda a Funai constituir um novo GT, primeiro procedimento do processo de demarcação

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Apyka'i é um daqueles lugares que dá a real dimensão do abandono e da situação de indigência a que muitas comunidades indígenas brasileiras estão relegadas. Em um acampamento precário, às margens da BR-463, a sete quilômetros de Dourados, no Mato Grosso do Sul, a comunidade Guarani-Kaiowá testemunhou o drama de oito de seus membros morrerem atropelados em um período de 15 anos, sendo cinco deles da família da cacica Damiana (leia entrevista com ela nas páginas 4 e 5). A morte da liderança espiritual Alzira Nelita, de 70 anos, devido à pulverização aérea de agrotóxicos sobre o acampamento, agrava ainda mais a trágica história de Apyka'i. Os miseráveis casebres de lona, que não oferecem nenhum tipo de proteção, a falta de comida, o não acesso à água potável, saneamento e eletricidade, as sistemáticas ameaças e ataques ao acampamento, praticados por pistoleiros e seguranças armados, são outros elementos que compõem uma realidade marcada por profundas violações à dignidade humana.

Após mais de dez anos vivendo na beira da rodovia, desde setembro de 2013, cerca de 15 famílias Guarani-Kaiowá ocupam uma área de menos de dois hectares dentro da fazenda Serrana, sobreposta ao território tradicionalmente habitado pelos indígenas até algumas décadas atrás. Arrendada pela usina São Fernando em 2009, a terra vem sendo consumida por uma monocultura em larga escala para a produção de etanol. Sempre cercados pela cana e, atualmente, há cerca de 150 metros da movimentada BR, os indígenas resistem a todo tipo de violência na esperança de recuperar o seu *tekoha* (lugar onde se é) ancestral. No entanto, a solução parece distante.

Uma recente decisão do Judiciário arrefeceu as expectativas dos Guarani-Kaiowá de Apyka'i de reviverem o seu *Ñande reko* (modo de ser tradicional). No final de maio o juiz federal substituto da 1ª Vara da Justiça Federal de Dourados, Fábio Kaiut Nunes, revogou uma liminar que havia sido concedida pela juíza da mesma vara, Raquel Domingues do Amaral, em dezembro de 2014, que determinava à União a compra de 30 hectares de terra para abrigar a comunidade indígena Curral do Arame, como a sociedade não indígena denomina o *tekoha* Apika'y. Fundamentada no artigo 26 da Lei nº 6001/73, esta decisão liminar atendeu a uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF), do Mato Grosso do Sul, e determinava que a área a ser comprada seria indicada pela comunidade que lá permaneceria até a demarcação definitiva da terra.

“Esta decisão é uma lástima e desconsidera todo o histórico de um quadro de absoluta carência humanitária. Apesar de não ser uma solução antropológica correta, a ação visou oferecer uma condição mínima de sobrevivência para aquelas pessoas, de modo que tenham condições de aguardar com dignidade a conclusão do processo demarcatório. A própria Convenção 169 [da Organização Internacional do Trabalho – OIT] permite uma ocupação emergencial como a proposta”, explica o procurador da República do MPF de Dourados, Marco Antônio Delfino de Almeida, que informou que o MPF irá recorrer dessa decisão.

Um agravante imposto por esse julgamento do Judiciário é que a ordem de reintegração de posse a favor do proprietário da fazenda, Cássio Guilherme Bonilha Tecchio, pode ser cumprida a qualquer momento pela Polícia Federal (PF). Por não terem para onde ir, os indígenas seriam obrigados a voltar a morar na faixa de domínio da BR, um exíguo pedaço de terra entre a cerca da fazenda e o intenso trânsito de caminhões do agronegócio.

O procurador Marco Antônio considera que o poder Judiciário muitas vezes se mostra insensível. “É preciso ter um contato mais próximo com a realidade. Os indígenas ocupam uma área mínima,



Ministério Público Federal/MS

irrisória, que não ocasiona prejuízo econômico nenhum à usina, nem à fazenda. Se voltarem para a beira da estrada, onde estavam, vão morrer como morreram antes”, lamenta.

Desalento não tem fim

No Executivo, a situação também não é animadora. Em novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPF, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai) e 23 lideranças Guarani-Kaiowá para a demarcação das terras de ocupação tradicional indígena na região centro-sul do estado. Em 2012 foi criado o Grupo Técnico (GT) Douradopegua, que inclui o *tekoha* Apyka'i. No entanto, de acordo com informações da Funai, este GT foi suspenso em dezembro de 2013, sem realizar trabalho de campo e apresentar resultados dos estudos, e um novo GT ainda não foi constituído.

“O TAC em si já é algo absolutamente inimaginável em um país minimamente sério. É o reconhecimento do não cumprimento do dever constitucional de demarcar as terras indígenas até 1993 e o comprometimento em cumprir sua obrigação. No entanto, o que deveria ter sido cumprido integralmente até 2009 não foi, novamente. O governo brasileiro pisa na Constituição Federal e repisa ao descumprir um compromisso que assinaram. Nem Kafka poderia elaborar um roteiro tão absurdo”, indigna-se o procurador da República.

Segundo a assessoria de comunicação da Funai “um diagnóstico socioambiental preliminar está sendo realizado e irá fornecer informações atualizadas, visando subsidiar a atuação das diferentes unidades da Funai e a continuidade dos estudos de identificação e delimitação... de modo a constituir novamente o GT Douradopegua”.

Causa e efeito

Enquanto angustia-se na longa espera de ter seu território sagrado de volta, a comunidade de Apyka'i tenta sobreviver entre retomadas, despejos, invasões, envenenamentos, incêndios e intimidações. Nem sempre consegue. O fato de três das oito mortes por atropelamento terem ocorrido em menos de um ano e dos motoristas, alguns deles vinculados à usina ou à fazenda, sempre fugirem sem prestar socorro às vítimas levanta suspeitas de que as ocorrências não foram acidentais. Apesar dos indígenas saberem, em alguns casos, quem foram os autores dos atropelamentos ninguém foi responsabilizado ou preso até hoje.

“Quando um burocrata em Brasília não cumpre suas atribuições e competências, as pessoas morrem. Se a demarcação tivesse finalizada em 1993, as pessoas que morreram em Apyka'i poderiam estar vivas. Se não cumpre seu dever público, ele está matando as pessoas. Esta noção de causa e efeito é que precisa ficar evidente. A Constituição não pode ser rasgada devido a critérios ou ambiente político”, assegura o procurador Marco Antônio.

Dívida e violência

Segundo o Dossiê Usina São Fernando, da “Campanha Deixe o Apyka'i Viver”, a construção dessa usina - uma parceria da Agropecuária JB (vinculada ao Grupo Bumlai), especializada em melhoramento genético de gado de corte, com o Grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos da América Latina, posteriormente comprado pelo grupo JBS - contou com o financiamento público de R\$ 530 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil (BB).

Desde o arrendamento da fazenda, em 2009, a violência recrudesciu contra a comunidade de Apyka'i. Contratados pela usina, seguranças armados da empresa Gaspem, espécie de milícia armada, ameaçavam e intimidavam os Guarani-Kaiowá. Segundo os indígenas, a Gaspem já havia atuado no acampamento em 2008, na segunda tentativa de retomada do território ancestral, e seus funcionários é que incendiaram criminosamente seus barracos em 2009. Devido ao envolvimento direto na morte das lideranças Dorvalino Rocha e Nízio Gomes e ferimentos em dezenas de indígenas, a Gaspem foi fechada pela PF em março de 2014.

De acordo com informações veiculadas pela imprensa sul-matogrossense, a usina São Fernando, que acumulava infrações à legislação trabalhista e ambiental e débitos com os arrendatários, entrou em recuperação judicial em 2013, com dívidas em torno de R\$ 1,2 bilhão. No ano seguinte, a usina vendeu, por R\$ 2 bilhões, 49% de suas ações para um grupo econômico de Dubai, dos Emirados Árabes. ♦

“A gente conhece onde a gente pertence”

A partir de um conhecimento ancestral, transmitido de geração para geração através das rezas e dos cantos, a reivindicação dos povos indígenas é pelo pertencimento, não apenas pela propriedade da terra. “A gente pertence àquela terra... o branco nunca vai entender”.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação
Com tradução de **Élson Canateiro Gomes**, do povo
Guarani-Kaiowá, da Terra Indígena Teyi'kue

Uma inabalável convicção marca o olhar e cada gesto desta mulher miúda. Miúda mesmo. A cacica Damiana Cavanha tem menos de 1,40m de altura. No entanto, é fácil perceber que ocupa um espaço muito maior que o de seu corpo físico. Ela explica que seu nome indígena *Ckunha Apyka Rendy'i* significa “menina do banquinho iluminado”, sendo que o banquinho era o lugar onde o antigo *Nanderu* sentava para conversar com os indígenas. Rezadeira e líder espiritual, ela também é a liderança política do povo Guarani-Kaiowá na comunidade de Apyka'i, localizada às margens da BR-436, que liga Dourados a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

Cravada no sudoeste do estado brasileiro mais violento com os povos indígenas, Apyka'i, uma comunidade pequena, atualmente com cerca de vinte casas, chama atenção pelas mortes sequenciais por atropelamento: foram oito mortes em um período de 15 anos. Destas, cinco foram de membros da família de Damiana - três filhos, um neto e o marido. Três desses atropelamentos fatais ocorreram em menos de um ano. A cacica também testemunhou a irreparável perda de sua idosa tia, também rezadeira, vítima da intoxicação por agrotóxicos, pulverizados criminosamente de um avião sobre o acampamento indígena.

A escassez de alimentos, a falta de acesso à água e à eletricidade e o ambiente de rotineiras intimidações, devido à disputa pela terra, inscrevem Apyka'i na triste lista das comunidades mais vulneráveis de todo o país. Depois da morte de seu pai, também por atropelamento, quando tinha 11 anos, Damiana presenciou a expulsão de seu povo da terra ancestral. A mata foi destruída para dar lugar à expansão da criação de gado e da monocultura de cana e grãos. Dois grandes incêndios destruíram os barracos e pertences da comunidade, em 2009 e 2013. Segundo a comunidade, eles teriam sido causados pelos seguranças da Usina São Fernando, arrendatária da Fazenda Serrana, sobreposta ao território tradicional do povo.

Damiana sabe dos limites da sociedade não indígena para compreender valores fundamentais da cultura de seu povo: “A gente sente a terra de outro jeito... A gente pertence àquela terra... não pode ir pra outro lugar. Como é que a gente vai pra um lugar que não é nosso?”. Bastante ágil, do alto dos seus inacreditáveis 74 anos (idade totalmente desconsiderada por ela, que recorreu a um documento para lembrar-se), a aparentemente frágil senhora torna-se uma gigante guerreira ao descrever como o seu povo tem resistido às desumanas condições de vida nas últimas décadas, entre a beira da rodovia e as plantações de cana, e os motivos que os fazem seguir, resilientes, na luta pela terra sagrada.

Porantim - Qual é a situação atual da Terra Indígena Apyka'i?

Cacica Damiana – Antes tinha muito mato, rio, bicho de caça, pesca. Mas foram derrubando a mata para fazer lavoura, envenenando a terra e a água. Não tem mais bicho nenhum. Depois da morte do meu pai chegaram os fazendeiros dizendo que a terra era deles. Antes do pai morrer não tinha violência. A gente morava onde hoje é a fazenda. Tinha a *ongu'su* [casa de reza]. Meu pai era o grande líder do Apyka'i, cacique e rezador. Hoje eu sigo esses conhecimentos dele. Naquela época moravam umas 150 pessoas aqui e as casas eram de sapé. Os fazendeiros chegaram queimando as casas. A comunidade foi obrigada a sair depois da morte dos parentes e das muitas ameaças. Fomos para a beira da estrada, mas sempre voltamos para nossa terra, para Apyka'i. Estamos há mais de 25 anos fora da nossa terra, esperando a demarcação (leia mais na página 3).

Porantim – Hoje a comunidade vive em uma retomada de parte do território tradicional?

Cacica Damiana – Retomamos uma pequena área de mata, entre a cana e a estrada, mas estamos novamente ameaçados. Antes de vir pra cá [para Brasília] teve mais uma ordem de reintegração de posse pro fazendeiro. Eu nasci e fiquei velha ali mesmo. Nunca saí. Fomos despejados cinco vezes e sempre voltamos. Agora é a sexta tentativa de tirar a gente de lá.

Porantim – Como foram esses processos de despejo?

Cacica Damiana – Sempre usam violência contra a gente. Já fomos despejados à força pelos seguranças da usina, quando queimaram tudo, nossos barracos, roupas... Naquela época não tinha o Cimi [Conselho Indigenista Missionário]. Às vezes, chegam atirando. Já veio jagunço disfarçado de polícia. Teve uma vez, na quinta, que foram expulsar a gente e nos recusamos a sair do local. Os produtores já jogaram veneno de avião, depois envenenaram o córrego de onde a gente bebe a água. Uma tia minha, que era rezadeira, morreu por causa do veneno do agrotóxico. Muitas crianças ficaram doentes, com coceira no corpo. Nossos animais domésticos, gatos, e de criação, galinhas, morreram. Fazem muitas ameaças, a perseguição acontece o tempo todo.

Porantim – Quantas pessoas da comunidade morreram atropeladas?

Cacica Damiana – Até hoje foram oito. Eu perdi três filhos, um neto de 4 anos e o marido. Todos foram atropelados.

Porantim – Esses atropelamentos sistemáticos são acidentais?

Cacica Damiana – Não são acidentes. A gente sabe que é de propósito porque os funcionários que trabalham na usina conhecem toda a comunidade. Quando vamos para a cidade para vender os produtos da lavoura é que acontecem os acidentes. A polícia chega, faz o boletim de ocorrência, a gente conta tudo o que aconteceu, dá a descrição do carro, de como foi, tudo, mas até agora, nunca prenderam os assassinos. Os motoristas nunca prestam socorro. Sempre fogem. Uma vez foi o próprio ônibus da usina que atropelou o meu filho, Sidnei. Na época, ele tinha 26 anos. Eles estão enterrados no cemitério na mata, dentro da fazenda, perto do acampamento. As cruzes estão lá.

Porantim – A comunidade continua sem eletricidade e acesso à água?

Cacica Damiana – Os barracos são todos de lona. Só tem uma casa de sapé porque é difícil conseguir

sapé hoje. Quando não chove a gente toma água limpa do córrego. Fica longe assim [aponta para um prédio a uns 300 metros]... Quando chove tomamos água suja. Muita gente fica doente, principalmente as crianças. Na cabeceira do córrego tem um pasto que quando o gado ou um cavalo morre eles são jogados mortos na água. Apodrece a água. Mesmo assim é esta água que temos que beber porque não tem outra. É a mesma água para cozinhar, lavar roupa, tomar banho, pra higiene pessoal, pra tudo.

Porantim – Ocorrem muitos casos de doenças? Vocês recebem algum tipo de atendimento à saúde?

Cacica Damiana – Os principais problemas são as diarreias e as coceiras no corpo das crianças, que acontecem por causa do consumo da água suja. A Funasa [que atualmente é a Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai] vai a cada 15 dias. Logo que alguém fica doente eu ligo para virem buscar, pra atender. Não tem agente de saúde em Apyka'i.

Porantim – Como conseguem garantir alimentação para a comunidade?

Cacica Damiana – Alguns de nós plantam, outros não. A gente tem muita rama [mandioca], feijão cantador, feijão comprido, feijão chopeu, macucu [tipo de batata]. Quem não tem comida, a gente procura dar um jeito de conseguir. A Funai [Fundação Nacional do Índio] deveria entregar cestas básicas a cada 15 dias, mas há dois meses ela não leva. A gente tenta não deixar ninguém passar fome. Mesmo que eu passe discriminação, preconceito, sempre acabo conseguindo. Se precisa, eu vou pra Dourados e peço doação em uma igreja lá.

Porantim – Foram feitas investigações para descobrir os responsáveis pelos incêndios ocorridos nos acampamentos?

Cacica Damiana – Foram dois grandes. Um incêndio foi em 2009, quando os pistoleiros armados atacaram o acampamento, atirando em direção às casas. Um indígena [de 62 anos] foi ferido pelos tiros, outros também foram feridos. Eles colocaram fogo no acampamento e nos nossos pertences. Foi tudo a mando dos fazendeiros. Era por volta de 1h da madrugada. A gente tava dormindo. Tinha acabado de construir o acampamento. Queimaram barraco, celular, bicicleta, tudo. Ficamos sem roupa. Logo depois do despejo. Fizeram isso porque a gente queria pegar água. Mas os seguranças [da fazenda] não deixam não. Teve outros ataques e ameaças e, depois [em agosto de 2013], outro incêndio destruiu de novo tudo, os barracos, colchões, alimentos e nossas coisas. Começou de

propósito no canal da usina e foi pro acampamento. Ameaçaram matar a gente de novo. A polícia nunca prendeu ninguém.

Porantim – Vocês continuam recebendo muitas ameaças?

Cacica Damiana – Eles estão sempre tentando tirar a gente, de um jeito ou do outro. Não vamos sair mais, nem morrendo, porque queremos ser enterrados ali. Antes de vir pra cá quase aconteceu mais um acidente. Uma moto vindo da usina quase atropelou meu primo, quase passou por cima dele. Era um trabalhador da usina. Mesmo a gente andando no acostamento, eles vão pra cima quando vêem que é um índio que tá vindo. Às vezes, eles ficam de longe, rodeando o acampamento, observando o local. A gente liga pra Força Nacional, eles vão lá, dão

“É difícil o branco mudar porque é difícil ele aprender, porque ele não tem reza, não tem canto, continua prejudicando a terra. Ainda não entendeu. Nós temos rezas para as pragas. Os brancos têm veneno, veneno que fica na terra, na água, vai pros bichos e pras pessoas. Nunca vai entender”

uma volta, entram na aldeia e vão embora. A polícia vai para lá e faz o que interessa para usina. Agora a comunidade não tá querendo liberar para colher a cana porque já mataram muitos de nós e nada foi feito.

Porantim – *Para a senhora, qual é a principal diferença entre os indígenas e os não indígenas?*

Cacica Damiana – A gente não vive do jeito deles. Os brancos não gostam dos índios porque a gente não vive do jeito deles. E porque a terra sempre foi nossa. Em cima da nossa terra é que eles estão enriquecendo, construindo várias coisas na nossa terra. Antigamente tinha *Ñanderu*, nós somos geração muuito depois dele. O *Ñanderu Chiru Akandire*, grande rezador, desapareceu embaixo de uma pedra, importante no Apyka'i. Aquela pedra se tornou um grande lago, daqui até aquele prédio [aponta para uma distância de uns 500 metros]. A gente escuta ele fazendo reza, se movimentando. A gente sente a terra de um jeito diferente.

Porantim – *O que é mais importante na vida dos indígenas?*

Cacica Damiana – A união, a harmonia, o amor um pelo outro, plantar, colher, a reza, sempre, o canto, a dança, o *Ñande reko* [nosso jeito de viver]. Viver livre, com alimentação. Sempre vivemos assim. A reza em nós mesmos. O conhecimento está dentro de nós. A nossa reza que faz a gente chegar em todo lugar. A diferença é que nós, indígenas, temos respeito. Respeito por todo mundo. Não somos como os brancos que não respeitam nosso *tekoha* [lugar onde se é].

Porantim – *O que a senhora quer dizer quando afirma que o conhecimento está dentro de nós?*

Cacica Damiana – O conhecimento vem desde o princípio. *Ñanderu* transmitiu de geração para geração, através da linguagem, da reza, do canto, das histórias. A gente sabe. *Ñanderu* é aquele que canta, reza. Ele é um ser humano como nós, só que ele tem o poder de criar, fazer todas as coisas. Ele desapareceu, subiu pro céu. A ciência dos Guarani e dos Kaiowá é difícil de explicar. Precisa saber muito para entender. Ser profissional nessa área. Um caminho é o canto. Antigamente, todos os animais eram gente. Tem aldeias inteiras que somem. É difícil para entender com a cabeça. Mas o que temos hoje não é nosso mais. O branco tá passando muita coisa pra gente, mesmo nossos vestígios [pega na sua própria calça jeans e aponta para o seu tênis]. Antes não era assim. Nossos calçados eram feitos por nós, de plastilha. Uma borracha, toda cortada e atravessada. Meu pai usou uma até a morte dele. Ela continua lá, com ele, no cemitério.

Porantim – *Dinheiro é importante para vocês?*

Cacica Damiana – [balançando a cabeça, negativamente] Não.

Porantim – *Por que não? Vocês não precisam de dinheiro para viver?*

Cacica Damiana – Dinheiro acaba. A terra não. A terra dá tudo o que gente precisa. Ela tem toda a vida que a gente precisa. Terra é sangue do índio [ajoelhada, pega e esfrega a terra na mão]. Terra tem vida porque produz o alimento. A gente planta e colhe. Quem prejudica é o branco, que estraga tudo, que faz adoecer a terra.

Porantim – *A senhora acha que um dia os brancos vão entender a relação dos indígenas com a terra, com a natureza, e vão agir de um modo diferente?*

Cacica Damiana – Tem pouca pessoa que se interessa sobre o nosso conhecimento. Para ensinar os brancos é importante que os nossos jovens aprendam português. É difícil o branco mudar porque é difícil ele aprender, porque ele não tem reza, não tem canto, continua prejudicando a terra. Ainda não entendeu. Nós temos rezas para as pragas.

“Sempre vivemos assim. A reza em nós mesmos. O conhecimento está dentro de nós. A nossa reza que faz a gente chegar em todo lugar. A diferença é que nós, indígenas, temos respeito. Respeito por todo mundo.”

Os brancos têm veneno, veneno que fica na terra, na água, vai pros bichos e pras pessoas. Nunca vai entender.

Porantim – *Por que os fazendeiros agem com tamanha violência contra vocês?*

Cacica Damiana – Os fazendeiros querem acabar com a gente pra tomar nossas terras. Falam que a terra é deles, mas não é. Querem expulsar a gente. Querem tirar a comida, para plantar tudo com cana. Só querem dinheiro. Como nós respeitamos eles, não fazemos reza para prejudicar eles, como fazer fechar o sol, que vocês chamam eclipse. A gente ama todo mundo e por isso não faz o mal. Mas se não demarcar a terra e continuar morrendo... se fizer ritual para fechar o sol, morre muita gente. Podemos fazer tremer a terra. Fazer reza no rio, fazer vento forte.

Porantim – *O que o governo deveria fazer para o seu povo?*

Cacica Damiana – O governo não respeita, faz pouco caso com nós. E, por isso, tem culpa do que está acontecendo, as mortes, os tiros. Viemos aqui, de longe, pra tratar da homologação, da demarcação das nossas terras, mas não querem conversar. Governo tem que demarcar. Se tiver justiça, tem demarcação. Como nós vamos viver? Na rua? Pedindo comida para comer?

Porantim – *O que a senhora acha que vai acontecer com os povos indígenas no Brasil?*

Cacica Damiana – Corre o risco de morrer mais gente, a qualquer momento, de dia e de noite, até mesmo dormindo. Enquanto não demarcar as terras dos índios vai acontecer derramamento de sangue. A gente não tem segurança.

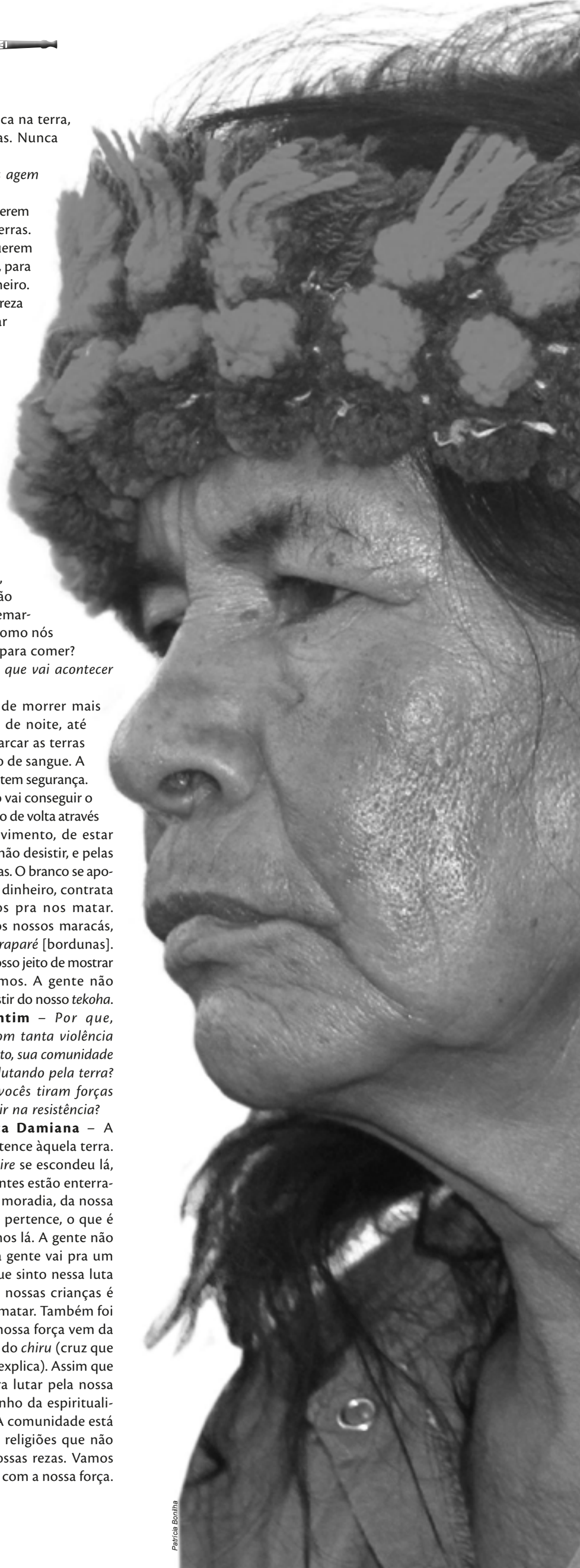
“Dinheiro acaba. A terra não. A terra dá tudo o que gente precisa. Ela tem toda a vida que a gente precisa. Terra é sangue do índio. Terra tem vida porque produz o alimento. A gente planta e colhe. Quem prejudica é o branco, que estraga tudo, que faz adoecer a terra.”

A gente só vai conseguir o que é nosso de volta através desse movimento, de estar junto, de não desistir, e pelas nossas rezas. O branco se apodera pelo dinheiro, contrata pistoleiros pra nos matar. Nós temos nossos maracás, nossos *uiraparé* [bordunas]. Esse é o nosso jeito de mostrar quem somos. A gente não pode desistir do nosso *tekoha*.

Porantim – *Por que, mesmo com tanta violência e sofrimento, sua comunidade continua lutando pela terra? De onde vocês tiram forças para seguir na resistência?*

Cacica Damiana – A gente pertence àquela terra.

Meu pai morreu ali. O *Ñanderu Akandire* se escondeu lá, desapareceu lá. Meus filhos, meus parentes estão enterrados ali. Não é da usina. A terra é nossa moradia, da nossa família. A gente conhece onde a gente pertence, o que é nosso, verdadeiro. Por isso é que estamos lá. A gente não pode ir pra outro lugar. Como é que a gente vai pra um lugar que não é nosso? A maior dor que sinto nessa luta pela terra pras nossas comunidades e nossas crianças é saber que a qualquer hora podem nos matar. Também foi no momento da morte do meu pai. A nossa força vem da nossa reza, do nosso canto, do maracá, do *chiru* (cruz que representa o *Ñanderu*, o corpo e a vida, explica). Assim que ganhamos a força que precisamos para lutar pela nossa terra. Todos têm que seguir este caminho da espiritualidade. Hoje muitos não estão lutando. A comunidade está enfraquecendo por conta de algumas religiões que não dão força, que não querem mais as nossas rezas. Vamos retomar as terras com as nossas rezas. E com a nossa força. Ser indígena é viver nossa cultura. ♦



Destruir a lei para aniquilar os povos

Através da frontal agressão aos direitos indígenas, o que se pretende, em última instância, é a eliminação dos próprios povos. Elementos históricos são fundamentais para compreender a conjuntura, identificar atores e sinalizar os prováveis enfrentamentos

Egon Heck, Secretariado Nacional

Para dominar o continente americano, os invasores europeus trouxeram, além das espadas e cruzeiros, suas legislações e normas. E, com o tempo, foram criando e aplicando novas leis, conforme suas conveniências e interesses. Embora de forma precária, os direitos dos povos indígenas à vida e às suas terras foram inscritos na legislação do país desde a época da Colônia, até a Constituição Federal (CF) de 1988. No entanto, eles nunca foram respeitados no desenrolar do processo colonizador; situação que permanece até hoje. A lei também foi sendo modificada no processo de consolidação da “nação brasileira”, pretendida como uninacional, e não plurinacional, e comandada por elites políticas e econômicas, que buscaram adequar o Estado brasileiro aos seus interesses e privilégios.

Portanto, desde os primórdios do Brasil os direitos indígenas apenas constavam *pro forma*, sempre subordinados aos interesses das elites que, historicamente, ocupam o poder.

Já na Constituição de 1934 constava no artigo 129 que seriam assegurados o respeito à posse das terras indígenas, vedando a sua alienação. As constituições subsequentes, de 1937 e 1946, mantiveram praticamente o mesmo teor. E a Constituição de 1967, já na ditadura militar, inclui as terras indígenas como bens da União, reconhecendo-lhes “o direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades existentes nessas terras”.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio [SPI]. Extinto em 1967, esse órgão indigenista tinha como objetivo maior salvar os índios da extinção física, do genocídio, através da integração deles à sociedade não indígena. Ou seja, através da extinção cultural e social dos índios, o etnocídio. Como o Relatório Figueiredo evidencia, os funcionários do SPI foram cúmplices e atores de vários casos de violação e violência contra os indígenas. Assim, em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai). E em 1973, foi aprovada a lei 6.001, o Estatuto do Índio.

Um avanço sem precedentes

Em 1986, os povos indígenas decidiram, enquanto movimento organizado, participar do processo da Constituinte com o intuito de garantirem seus direitos. Esse movimento étnico-social indígena teve sua gênese na emergência e insurgência dos movimentos sociais, a partir das décadas de 1960 e 1970. O grande estimulador desse movimento foram as Assembleias Indígenas que

tiveram início em abril de 1974. No bojo desse processo surgiram diversas organizações indígenas, particularmente na Amazônia e no Nordeste.

No Mato Grosso do Sul (MS), foram as Aty Guasu Kaiowá-Guarani que estimularam e articularam as lutas por direitos, especialmente das retomadas de seus territórios. Em 1980 foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), com decisiva participação dos povos Terena e Guarani-Kaiowá. Esta organização teve seu ápice na Constituição de 1988, sendo sucedida pela Comissão de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib), que teve seu apogeu e, ironicamente, término na Marcha e Conferência Indígena 2000. Foi, então, criada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que existe até hoje.

No início da década de 1970 começaram a surgir entidades de apoio e solidariedade aos povos indígenas. Dentre elas destacam-se o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, a Associação Nacional de Apoio aos Índios (Anai), as Comissões Pró-Índio (CPI) e inúmeras outras. A convergência e articulação do movimento indígena com entidades indigenistas possibilitou um expressivo avanço na luta pelos direitos indígenas.

Mobilizados praticamente por dois anos, os povos indígenas protagonizaram um dos mais belos episódios de todo o processo da Constituinte, que culminou com a inédita conquista de um capítulo “Dos Índios” na nova Constituição de 1988.

Um outro patamar

No capítulo “Dos índios”, os artigos 231 e 232, determinam, respectivamente:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”;

e “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

Três elementos nestes dois artigos evidenciam o estabelecimento legal de um novo patamar nas relações com os povos indígenas:

- ♦ Superação da perspectiva integracionista-assimilacionista;
- ♦ Fim da tutela, estabelecida pelo Código Civil e pelo Estatuto do Índio;
- ♦ Reconhecimento das terras/territórios na perspectiva ampla de direitos originários, de sobrevivência física e cultural e obrigação do Estado em demarcá-las dentro de cinco anos, e garantia do usufruto exclusivo dos recursos naturais aos povos indígenas.



Em um país em que os interesses das elites estão sempre acima das leis, as

Lei criada, lei rasgada

Os povos indígenas e seus aliados não tinham nenhuma ilusão de que a vitória no âmbito “da lei” significaria mudanças substanciais na sua relação com o Estado e a sociedade brasileira. Exigir o cumprimento da nova legislação passou a ser, portanto, o novo desafio colocado ao movimento.

Porém não era possível imaginar que, quase 30 anos depois de promulgada a Constituição, não apenas as leis não estariam sendo cumpridas, mas uma feroz campanha seria instalada para suprimir esses direitos da Lei Maior.

Cabe aos povos indígenas e a nós, seus aliados, permanecermos vigilantes e mobilizados para evitar a efetivação das atuais iniciativas que eliminam as conquistas garantidas na legislação. O propósito delas é, além de abrir os territórios indígenas para a exploração dos seus bens naturais, causar a eliminação dos próprios povos, considerados inúteis nas sociedades capitalistas. Infelizmente, constata-se que as violações, violências e assassinatos de lideranças têm aumentado recentemente, inclusive nos governos Lula e da presidente Dilma.

Conquistas: frutos da luta

Relevantes vitórias aconteceram nessas últimas quatro décadas. A demarcação e garantia de terras indígenas, especialmente na Amazônia, não teria acontecido se lutas tão ferrenhas não tivessem sido realizadas.



Leila Menezes



novas e velhas gerações de indígenas estão ameaçadas

Eternamente interinos?

Em diálogo com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, no dia 20 de maio, a delegação de mais de 50 lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul, presentes em Brasília entre os dias 17 e 22 de maio, exigiram empenho para a imediata retomada da demarcação das terras indígenas em todo o país, e em especial no estado. Exigiram também o fim da política de “interinidade” dos presidentes da Funai, que avaliam ser parte da estratégia de submissão do governo à sanha do agronegócio e dos setores anti-indígenas.

“Exigimos do Poder Executivo respeito ao órgão indigenista, a Funai, consolidando o hoje presidente interino, Flávio Chiarelli, pois é um cargo que demanda habilidade técnica e não política”, afirmaram em nota.

A história de mais de meio século da Funai explicita que o grupo composto por povos Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Terena e Kinikinaiu têm razão ao criticar a postura dos governos em relação ao órgão indigenista governamental.

Herdeira do carcomido Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que havia se transformado em um antro de corrupção e violência, a Funai recebeu de seu antecessor em torno de 700 funcionários. Desses, de acordo com o procurador Jader de Figueiredo, que presidiu a comissão de sindicância do SPI em 1967, talvez somente uns 10 não poderiam ser incluídos na lista de funcionários que cometeram irregularidades ou corrupção.

Logo no início, constituiu-se um Conselho que seria o responsável pela atuação da Funai. No entanto, o jogo de interesses anti-indígenas não mudou e não permitiu que ações efetivamente de proteção aos direitos dos povos indígenas fossem colocadas em prática pelo, então, governo da ditadura militar.

Passados mais de 50 anos, outros 35 presidentes do órgão testemunharam o sucateamento da instituição. Hoje, o que se vê é um esqualido ente com a missão permanente de ser e, ao mesmo tempo, não ser o executor de deploráveis políticas anti-indígenas, ou da falta das mesmas. Na melhor das hipóteses, tímidos bocejos de defesa dos direitos indígenas.

Nos caminhos e descaminhos da Funai passaram generais, capitães e coronéis, bem

como padrinhos e apadrinhados políticos, como Romero Jucá. O sucateamento do órgão, em termos de recursos humanos e financeiros, é um capítulo à parte, que vem cada vez mais se intensificando.

A última estratégia no sentido de fazer com que a Funai não cumpra o propósito da sua existência está sendo esta, a da eterna interinidade, que sinaliza que os direitos indígenas também são considerados interinos pelos sucessivos governos.

Pelo fim da Funai

Em uma Audiência Pública realizada pela Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, para tratar do Relatório Figueiredo e do Capítulo Indígena da Comissão Nacional da Verdade (CNV), realizada na tarde do dia 19 de maio, os ruralistas ficaram um tanto constrangidos com a presença da delegação de indígenas do Mato Grosso do Sul.

Mesmo assim não contiveram sua sanha contra os povos e apontaram artilharia pesada e fúria contra a Funai: “Se é para acabar com a Funai, assino embaixo. Ela está com seu prazo de validade vencido”. Perguntaram com malícia e ironia: “Onde a Funai quer chegar? Dizem que os índios já ocupam 12% do território brasileiro e a Funai, com tudo isso de terra indígena, quer chegar ainda a 22%?” E passaram a desfilar números inverídicos, numa clara intenção de reforçar seus pelotões anti-indígenas.

O pedido de extinção da Funai não é novidade. A rigor, trata-se do recorrente desejo de extinção dos índios. Nas últimas décadas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) foram criadas ou propostas com o objetivo de impedir que os direitos constitucionais dos povos indígenas fossem respeitados: CPI do Índio ou CPI da Funai, CPI contra o Cimi, CPI da Amazônia.

Em vários momentos, diante das acusações e arroubos contra os direitos indígenas, a plateia manifestou sua repulsa e indignação gritando: “Nos respeitem”, “Não mintam” e “Chega de enganação”. Mesmo sendo histórica, continua sendo chocante a falta de respeito das elites brasileiras, tão bem representada no parlamento, com os povos originários deste país.

Outro importante fato foi a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que baliza e assegura os direitos fundamentais dos povos originários de todo o mundo. Mais recentemente, em 13 de setembro de 2007, ocorreu a aprovação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas na Organização das Nações Unidas (ONU).

Cientes de sua própria história, os povos indígenas brasileiros têm a clareza de que são eles os protagonistas dos processos de resistência, luta e avanços que podem garantir o respeito aos seus direitos, sejam eles nacionais ou internacionais, e a continuidade de suas vidas.

“Reforçamos que não aceitaremos estes ataques, denunciaremos que as ações neste sentido são inconstitucionais e criminosas”

Povos indígenas do Mato Grosso do Sul, em moção à sociedade e ao Estado brasileiro

Agenda desafiadora em Brasília

Sempre com o propósito de fazer valer os seus direitos à uma vida digna, na manhã do dia 19 de maio, a delegação vinda do estado mais violento do Brasil em relação aos povos indígenas participou da plenária “Ameaças aos Direitos Fundamentais e PEC 215: Democracia, Povos Indígenas e Meio Ambiente”, organizada pelas Frentes Parlamentares em Apoio aos Povos Indígenas, em Defesa dos Direitos Humanos, e Ambientalista, realizada na Câmara dos Deputados.

Durante a semana em Brasília, os indígenas do Mato Grosso do Sul também estiveram reunidos com representantes da Funai e, no dia 20, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Deste, esperavam respostas concretas

em relação à assinatura das 12 portarias declaratórias que estão paradas na sua mesa, sem qualquer impedimento judicial ou administrativo; à paralisação das demarcações das terras indígenas; e às iniciativas para dar segurança às comunidades e suas lideranças, que estão sendo diariamente ameaçadas de morte.

Após duas horas de exposição da dramática situação dos povos, aldeias e acampamentos indígenas no estado, o encontro terminou em frustração: “É uma pena que sintamos que, devido à defesa irreduzível das ‘mesas de diálogo’, a possibilidade de diálogo com o Executivo está acabando, senhor ministro. E como dissemos para o senhor, a inércia nas demarcações só nos deixa uma

escolha: retomar nossas terras por meio da única força que temos”, afirmou uma liderança que mora em uma retomada da Terra Indígena Ypo’i-Triunfo. Nesta área, há cinco anos, os professores Guarani Rolindo e Jenivaldo Vera foram assassinados. Os criminosos continuam impunes.

A delegação de indígenas também participou de uma plenária no Supremo Tribunal Federal (STF), onde, na noite do dia 21, fizeram uma vigília para protestar contra recentes decisões da 2ª Turma do STF que anularam duas portarias declaratórias, uma delas da Terra Indígena Guyraroká, do povo Guarani-Kaiowá, e o decreto de homologação da Terra Indígena Limão Verde, do povo Terena. ♦

Um toré para deixar a terra chover sobre os Xukuru

A longa estiagem tem servido para que o povo Xukuru reverta práticas de um projeto colonial de mais de 400 anos fundamentado na lógica do lucro, do acúmulo e do arame farpado. A solução está bem ali, debaixo dos pés daqueles que dançam o toré por dias melhores

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

A seca, vista de fora, parece uma das pragas de Deus daquelas lançadas sobre o Egito. De perto, ela consegue ser pior. Não pelo fato da escassez de água, ou a completa falta dela, gerar dificuldades agudas às populações do semiárido, e que hoje também já assusta milhares de viventes do Sudeste. O que torna a seca uma tragédia é a privação imposta por uns poucos à sede de muitos outros. A solidariedade dá lugar à lei da oferta e da procura e para isso as fontes de água são privatizadas para o comércio.

Como se costuma dizer, o problema não é a seca, mas a cerca, e quem as ergue são os mesmos grupos que secularmente oprimem povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais populações sertanejas. Os que vivem interrompidos pelo arame farpado são comumente os símbolos midiáticos mais atraentes para resumir o atraso do país, ao lado das carcaças de animais – dos mais pobres – mortos pela fome e sede. O sistema político e econômico que nega direitos constitucionais e humanos segue ilibado, incólume, impune.

Há cinco anos o povo Xukuru do Ororubá, no agreste de Pernambuco, não vê cair do céu chuva suficiente para que os olhos d'água, os açudes, os lagos, os rios e as barragens da terra indígena possam ser abastecidos. Este duradouro período de seca, o primeiro depois da reconquista plena do território, impõe privações e dissociações que poderiam transformar em ruínas os ideais do povo.

Ao contrário, a estiagem tem servido para que os Xukuru sigam com seu projeto de reverter os mais de 400 anos do epistemicídio colonial e fortalecer o Ser Xukuru. Uma espécie de caminho de volta às práticas interrompidas de reciprocidade intercultural e relação intrínseca com o meio ambiente. Para o povo, as cercas que ainda são erguidas entre os Xukuru e os generosos recursos da Mãe Natureza precisam ir abaixo. Essa tem sido a dança da chuva Xukuru: não há sentido em esperar vir do céu uma solução que está bem ali, debaixo dos pés daqueles que dançam o toré por dias melhores. Portanto, para conviver com a seca é preciso descolonizar práticas incutidas pela lógica do lucro, do acúmulo, do arame farpado.

A comercialização da água, junto ao gado e às cercas, é uma das marcas deixadas por séculos de colonização na Serra do Ororubá. O documento final da 15ª Assembleia do Povo Xukuru, que ocorreu entre os dias 17 e 19 de maio, propõe um basta a esse tipo de mercantilização. Com o território recuperado, a especulação privada passa a ocorrer na terra indígena por intermédio de negociatas. Os Xukuru sempre combateram tais iniciativas. Tanto que durante os mais de 15 anos de retomadas, derrubaram cercas e retiraram do território centenas de cabeças de gado baseados na retomada epistêmica empreendida pelo cacique Xikão Xukuru: “Nós não temos a terra como objeto de especulação. Terra não é um comércio, mas um ser vivo. Suas matas são os cabelos,

as pedras são os ossos e as águas o sangue que corre”.

Para Cecílio Xukuru, a comercialização da água é o mesmo que o escândalo de corrupção da Petrobras: quem vende a água está roubando o sangue da terra. “A água é de todos e não pode ser vendida. Vender a nossa água é vender a nossa Mãe Terra. Precisamos enfrentar essa batalha, essa inquietação. Nós vencemos mais de 230 fazendeiros e não vamos engasgar com uma meia dúzia de especuladores”, afirma. “O nosso povo é forte e precisa resolver esses problemas. Temos força e lutamos durante muito tempo para conquistar essa terra e não podemos deixar que as coisas aconteçam de qualquer jeito”, acrescenta Beta Xukuru.

As lideranças do povo Xukuru e seus aliados sempre souberam que depois dos enfrentamentos da reconquista territorial, os desafios seriam renovados com a ideia de uma gestão baseada em valores coletivos. O *Limolaygo Toipe* (Terra Ancestral), o autodenominado Bem Viver Xukuru, é um processo em construção e a necessidade de acabar com as práticas privatistas em relação ao território e às fontes de água foram discutidas pelos participantes nesta última assembleia. Um exercício autodeterminado em terras que outrora um boi acessava mais as riquezas naturais, como a água, do que uma família Xukuru.

Gestão e cuidado

A 15ª Assembleia aconteceu na aldeia da Pedra D'água, local onde o povo Xukuru realizou há 25 anos a primeira retomada no território tradicional então reivindicado. O tema do encontro deste ano, sempre focado nas principais necessidades do povo, foi o “*Limolaygo Toipe*: Em defesa da Mãe Terra”. Para o cacique Marcos Xukuru, defender a Mãe Terra passa pela gestão do território. Todavia, é preciso entender que os Xukuru são parte da natureza.

“Se a gestão fosse unicamente do espaço físico, isso seria muito fácil, mas quando se fala de pessoas isso se torna muito difícil. Indígenas que não estavam nesse local há 15 anos, indígenas que não participaram da luta... e isso faz com que tenham uma mentalidade diferente dos que lutaram por essa terra. Precisamos que as pessoas sintam o que é o ser Xukuru, por isso estamos sempre buscando isso na saúde, na educação, na agricultura e em todos os âmbitos do povo”, ressalta. Para o cacique, o cuidado é essencial nesse processo: cuidar da Mãe Natureza, mas sem se descuidar dos Xukuru.

Na aldeia Pedra D'água, um dos pontos mais altos da Serra do Ororubá, está plantado o cacique Xikão Xukuru,



assassinado em 20 de maio de 1998 no município de Pesqueira. “Dele nasceram muitos outros guerreiros Xukuru”, conforme diz a matriarca do povo e viúva de Xikão, Dona Zenilda Xukuru. São esses guerreiros, jovens, porém amadurecidos pelos desafios do povo, que hoje descem a Serra do Ororubá no já tradicional 20 de maio, rumo ao local exato

onde o cacique Xikão foi morto, no bairro Xukuru, numa das inúmeras ladeiras de Pesqueira. Envolvidos pelo projeto de vida do povo, batem forte o jupago - artefato musical e de defesa que serve para marcar o ritmo do toré, e é como uma borduna - no chão sagrado de um território em franco processo de mudança de paradigmas.

Seca como aprendizado

“Costumo dizer que estamos num processo de aprendizagem. A seca está nos ensinando, pois ela nos permite ver o quanto algumas práticas desenvolvidas no território são nocivas, ruins. O manejo do gado, a utilização de práticas agrícolas em rios e nascentes, a comercialização da água. São elementos que estavam maquiados pela chuva e com a falta dela tudo ficou visível, como as pedras no fundo de um riacho seco”, explica o engenheiro agrônomo Iran Xukuru. O indígena atua na Equipe Jupago, definida pelos Xukuru como um “instrumento à luz dos Encantados, que marca o ritmo em defesa do povo Xukuru”. O missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Ângelo Bueno, que vive junto aos Xukuru há mais de uma década, a define como o ministério da descolonização do povo.

No âmbito desta equipe, o povo Xukuru estuda novas perspectivas de uso e gestão do território. Dessa forma, de pisada em pisada, desconstrói metodologias coloniais instaladas na prática da agricultura e na relação com o meio ambiente. Com o período de estiagem, a equipe se

Carta da XV Assembleia

Limolaygo Toipe: Em Defesa da Mãe Terra

Reunido em nossa assembleia anual durante os dias 17 a 19 de maio de 2015, na Aldeia da Pedra D'água, nós, povo Xukuru do Ororubá, refletimos sobre a maneira de relacionamento com o território sagrado e as formas de realizar a defesa e a gestão desse território, para contribuir com essa reflexão, escolheu-se como tema dessa assembleia: “*Limolaygo Toipe: Em defesa da Mãe Terra*”.

Nesse espaço Sagrado se fizeram presentes representantes das 24 (vinte e quatro) Aldeias, distribuídas nas três regiões que compõem o Território Tradicional do Povo Xukuru do Ororubá: Região Serra, Agreste e Ribeira. Contamos também com a presença de alguns parentes: Povo Potiguara – Paraíba, Povo Tupinambá – Bahia, Povos Pankará, Pipipã, Tuxá, Kambiwá, Kapinawá – Pernambuco e representantes da Copipe. Aliados: Cimi, UFRPE, IPA, Diocese Pesqueira, Sesai, Dsei, Movimento das Comunidades Populares, Ocupe Estelita, CPT, Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco/Fundarpe, Secretaria de Saúde de Pesqueira, Fórum de Juventude de Pernambuco, Cooperativa de Estudos Margarida Alves e Pé no Chão.

A Assembleia iniciou no terreiro sagrado da Pedra D'água, com a realização do ritual de abertura, que correspondeu a todo período da manhã, na busca da força encantada, para que os dias que se seguem de Assembleia sejam regidos por seus ensinamentos. A espiritualidade Xukuru tem uma relação direta com a natureza sagrada, razão pela qual o ritual religioso acontece no terreiro sagrado, espaço rodeado pelas matas, lugar de morada permanente dos Encantados, que são os seres protetores do território e todas as espécies que nele habitam.

Depois de nos alimentarmos espiritualmente, o período da tarde foi dedicado à análise da conjuntura política que o país enfrenta hoje, onde o companheiro Cleber Buzatto trouxe as inquietações que os povos indígenas no Brasil estão enfrentando por meio das leis que buscam nos enfraquecer e usurpar os nossos direitos conquistados por nossos *Toipes* depois de tanto sangue derramado.

Analisando essa conjuntura, podemos perceber que estamos enfrentando uma tentativa de desconstrução dos direitos historicamente conquistados, por parte dos Três Poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário. No Executivo, a paralisação de demarcações das terras indígenas. No Judiciário estão ocorrendo algumas decisões que não respeitam os direitos originários dos povos indígenas sobre os territórios tradicionalmente ocupados, garantidos pelo artigo 231. E no Legislativo temos como maior enfrentamento a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a PEC 237 e o Projeto de Lei (PL) 227, que tentam modificar o conteúdo do artigo 231.

Após revivermos a trajetória de luta dos povos indígenas, caminhamos para o principal sentido dessa Assembleia, que propõe um momento de formação e construção de conhecimento sob orientação dos nossos Encantados e contribuição dos nossos parceiros sobre os direitos constitucionais a nós assegurados, para assim garantirmos a posse, permanência e gestão de nosso território, partindo da consciência de ser povo e de processos de afirmação, ambos os elementos centrais e necessários para garantir a continuidade da luta.

Refletimos a partir das temáticas saúde, educação, meio ambiente e terra, sobre as ameaças potenciais e efetivas, após intenso diálogo com as lideranças e formas organizativas do nosso povo, entendemos que se faz necessário ainda mais reforçar as estratégias de defesa da Mãe Terra, partindo do exercício da cidadania Xukuru, nos processos contínuos de educação que provoquem uma percepção ecológica e coletiva associada à atividade de sustentabilidade que garante a segurança alimentar e nutricional sem degradar os recursos naturais que são elementos do Bem Viver, garantindo a gestão territorial e ambiental. Reafirmamos o compromisso de romper com todas as práticas e procedimentos equivocados que comprometem os processos coletivos do bem viver Xukuru - *Limolaygo Toipe*.

A decisão política em defesa do nosso território sagrado e contra os processos de mercantilização da vida, da natureza e dos seus recursos foi tomada. Povo e organização social se manifestaram contra o uso do agrotóxico, a comercialização da água, o arrendamento das terras, a comercialização das bebidas alcoólicas, apreensão de animais silvestres e desmatamento. Ou seja, contra todas essas ameaças internas. Tomadas essas decisões, avançaremos, sim, em defesa da Mãe Terra, dos princípios e valores como condição essencial para garantir a permanência do viver e do Ser Xukuru.

Território Sagrado da Pedra D' Água,
19 de maio de 2015



Mandaru, Folha Seca, Xikão Xukuru

assassinaram-o
por ser livre
não submetendo 'se
à condição de cativo
acreditam interromper
com a morte
seus sonhos
Idiotas...
ele foi eleito
pela natureza
sua matéria
repousa nutrida
pela terra que o criou
está cada vez mais forte
não temendo desafios
seus ancestrais
o esperam em festa
no reino encantado da pedra d'água
porque nunca os traiu
recebendo assim
o direito de correr livre
pela serra
com seus
Cavaleiros de Aruanda
recuperando
Terra e
Liberdade

Ângelo Bueno, poeta e missionário do Cimi

* Este poema foi escrito horas depois do assassinato de Xikão Xukuru, em maio de 1998

viu diante da oportunidade de demonstrar no dia a dia o quanto o manejo ostensivo do gado, os monocultivos e a ideia de uma agricultura voltada ao comércio, ao mercado, pode criar severas dificuldades ao povo Xukuru, sobretudo nesse período de seca. Se por um lado os especuladores viram na seca o lucro, a Equipe Jupago viu uma forma de estimular a reviravolta, a desobediência epistêmica.

“A agricultura de mercado sofreu um impacto com a seca. Então, fica claro que esse modelo não tem sustentabilidade em situações de estiagem. Ela vem dentro de um sistema que se contrapõe ao sistema natural, à essência da natureza, que é a diversidade. O monocultivo destrutura o solo, o revolve. A agricultura mais harmonizada com a natureza, diversa, permanece”, observa Iran. Para o Xukuru, se “o homem entra para fazer a agricultura e a natureza sai, não dá certo”. “Não tem nada de novo nessa prática que falo, ela é ancestral. Envolve a cosmovisão e a observação do meio ambiente. Um agricultor que observa as formigas, o comportamento dos animais, planta no rastro da chuva, diminui a possibilidade de errar. A natureza é aliada, parte do processo, não inimiga, um obstáculo”, diz Iran.

Para o Xukuru, o agronegócio simplifica os procedimentos e padroniza a produção de alimentos. Caso os povos indígenas adotem essa forma capitalista de olhar a agricultura, conforme conta Iran, as comunidades seguirão dependendo dos supermercados em detrimento de uma economia solidária possível, tradicional, baseada na diversidade e inserida na cultura, articulando lógicas autodeterminadas de vida para fortalecer o povo e seu projeto de Bem Viver.

“A invasão da terra se foi, os fazendeiros foram expulsos pelos Xukuru, mas a invasão da mente permanece. O monocultivo começa na mente. A agricultura, então, é um processo educativo, de ruptura. Trabalhamos numa perspectiva de movimento político, de combater o capitalismo e suas práticas nocivas que nos colonizaram. Não se trata apenas de se alimentar bem, sem agroquímicos, mas de dizer que um outro mundo possível está acessível aos povos”, conclui Iran.

Articular, empoderar e resistir

Com o objetivo de reivindicar e garantir direitos básicos, povos e comunidades tradicionais invisibilizados há poucas décadas ou desarticulados devido às pressões econômicas organizam-se para assegurar a continuidade de suas próprias existências e o respeito ao Estado multicultural e multiétnico

Regional Leste, equipe Xakriabá, e Assessoria de Comunicação

O avanço do atual projeto desenvolvimentista brasileiro e a consequente destruição da sociobiodiversidade de territórios ocupados, secularmente em alguns casos, têm estimulado uma crescente articulação entre povos e comunidades tradicionais. Com a perspectiva de compreender melhor o processo histórico de negação dos seus direitos, fortalecer a resistência e garantir o respeito aos seus direitos e aos seus modos de vida específicos, eles realizaram, em abril, o I Mutirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, na aldeia Brejo Mata Fome, localizada na Terra Indígena Xakriabá, em São João das Missões, no estado de Minas Gerais.

Com o tema “Aliança e Mobilização em Defesa dos Direitos Constitucionais”, indígenas dos povos Xakriabá, Xakriabá de Cocos, Krenak, Maxakali e Pataxó de Minas, quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e apanhadoras(es) de flores sempre-vivas, de 25 municípios do norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, debateram por quatro dias os desafios comuns da atual conjuntura e as estratégias de lutas e enfrentamentos a curto, médio e longo prazos para assegurarem o reconhecimento e a efetivação de seus direitos. Todos estes grupos foram, nas últimas décadas, expulsos de seus territórios localizados às margens do Rio São Francisco e de seus afluentes.

O Mutirão contou também com a participação de representantes de organizações e movimentos sociais, pastorais e organizações de apoio, assessoria e pesquisa, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato (NAC), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), dentre outros.

Segundo explica Nilton Santos Seixas, missionário da Equipe Xakriabá do Regional Leste do Cimi, “o Rio São Francisco é o berço dessas comunidades, um elo importante na reconstrução da história desses povos. Não há como separar o povo do rio e muito menos o rio do povo. São vidas e rela-



Cada vez mais povos e comunidades se articulam e se empoderam para garantir a efetivação de seus direitos, principalmente, ao território e ao modo de vida tradicionais e resistir ao avanço do agronegócio, das mineradoras e empreiteiras

ções totalmente interligadas”. No entanto, a relação entre estas comunidades tradicionais com o Rio São Francisco tem sido profundamente impactada por influências externas de cunho político e econômico, frutos de um projeto de exploração financiado pelo próprio Estado brasileiro, que deixou um rastro de destruição e morte na região.

Nilton conta que “motivados pelas conquistas dos Xakriabá, no norte de Minas, os povos e comunidades iniciaram, recentemente, diversas lutas pela reconquista de seus territórios e reafirmaram a importância de defenderem seus projetos de vida e sua dignidade”.

Os povos e comunidades presentes no Mutirão elencaram no documento final do encontro os seguintes fatos como os que mais causam indignação a eles:

- ◆ a extrema morosidade do governo federal em cumprir seu dever constitucional de regularização dos territórios indígenas e quilombolas;
- ◆ as comunidades tradicionais, que contribuíram com a construção e referência da nacionalidade brasileira, não terem sido contempladas com um marco jurídico que reconheça e regularize os seus territórios;
- ◆ os vultosos subsídios estatais para o avanço dos mega projetos de criação de gado, monoculturas e mineração, dentre outros, associados com grandes obras de infraestrutura como hidrelétricas, que provocam a contínua desestruturação das economias e dos territórios das comunidades tradicionais.

Duas iniciativas foram veementemente repudiadas pelo Mutirão: a suspensão do processo administrativo

de identificação, delimitação e ampliação da Terra Indígena Xakriabá e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas, titular territórios quilombolas e criar unidades de conservação ambientais.

Capazes e autônomos

Os povos e comunidades tradicionais reafirmaram que o acesso ao território e aos seus bens naturais são essenciais para suas sobrevivências e autonomias. Nesse sentido, denunciaram que os rios estão sendo barrados e poluídos; que as condições de produção e trabalho não estão sendo mantidas, sobretudo pela falta de acesso às terras que sempre utilizaram; e que a criação de unidades de conservação integrais impede que eles continuem atuando como protetores históricos desses territórios, já que suas vidas dependem da preservação deles.

Também denunciaram “a criminalização e o assassinato de lideranças, a criminalização das suas práticas e a constante violação de direitos”. Por não serem atores relevantes na lógica da sociedade consumista e ocuparem áreas de interesse do agronegócio, das empreiteiras e das mineradoras, esses povos são considerados obstáculos ao “desenvolvimento” e, assim, estigmatizados e alvos de violência por parte de quem pretende expulsá-los para ocupar seus territórios.

Os participantes do Mutirão exigiram que obrigações internacionais, constitucionais e jurídicas assumidas pelo Brasil, que vêm sendo constantemente negligenciadas, sejam finalmente cumpridas. Dentre elas, destacaram a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e diversos artigos da Constituição Federal (CF). Outras 33 demandas, gerais e específicas, foram pontuadas, sendo a maior parte vinculada com a garantia do território tradicional, o acesso à água e a efetivação de políticas públicas.

Na avaliação da Equipe Xakriabá, do Cimi Leste, o evento proporcionou um necessário intercâmbio de experiências entre os diversos processos de luta em curso na região; a construção de propostas para a unificação das lutas e o fortalecimento das comunidades no enfrentamento das ameaças à autonomia, sustentabilidade e manutenção das relações políticas e culturais; além de ter acenado com a continuidade do processo, a partir da realização do II Mutirão de Povos e Comunidades Tradicionais, com data e local ainda a serem definidos. ◆



Povo Mura e seus inimigos atuais

Desde o período colonial, os Mura figuram na história da resistência como exímios navegadores e destemidos guerreiros. Hoje, com o que restou de seu território dividido por fazendas, eles enfrentam velhos e novos desafios

J. Rocha, Assessoria de Comunicação Regional Norte I

“Incivilizáveis”, “arredios”, “ferozes”... O povo indígena Mura era temido pelos primeiros colonizadores das regiões dos rios Madeira e Solimões, no Amazonas. No século XVIII, eles resistiam com veemência à entrada dos invasores. Conhecedores dos rios, os Mura se destacavam pela agilidade na navegação e tornaram-se, literalmente, uma pedra no caminho da força militar, que repeliam com táticas semelhantes às desenvolvidas pelos guerrilheiros dos tempos modernos. Nas batalhas, eles eram implacáveis.

Passados mais de trezentos anos, o cenário de hoje é radicalmente diferente. Revela um povo com território esfacelado, sem a devida regularização por parte do poder público e uma situação política interna difícil, com muitas divisões provocadas pela interferência da elite local. Os grandes proprietários, pecuaristas e posseiros usam de todos os artifícios para romper a resistência dos Mura e, para isso, estimulam o preconceito e divulgam mentiras sobre os indígenas.

O município de Autazes é um exemplo disso. Localizada a 107 quilômetros da capital do estado, Manaus, a cidade avançou sobre a Terra Indígena Pantaleão, demarcada ainda na época do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Apesar disso, os indígenas passaram a ser acusados de “invadir” o local que lhes pertence. E os acusadores são grileiros de toda ordem que, de forma inexplicável, adquiriram “propriedades” e passaram a lotear e vender terrenos dentro da terra indígena.

Contrários à demarcação

Os latifundiários não se preocupam em disfarçar a agressividade com que disputam as terras e nem em respeitar a legislação. Durante uma audiência pública promovida pela Ouvidoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Manaus, em agosto de 2013, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea), Muni Lourenço, ameaçou que “o sangue ia bater na canela” se a demarcação das terras indígenas se confirmasse.

Em julho daquele ano, atendendo à solicitação feita pelo Ministério Público Federal (MPF) em uma Ação Civil Pública, a Justiça Federal determinou à União, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai), que concluísse a demarcação das terras indígenas Murutinga, Ponciano e Sissaima, todas do povo Mura, nos municípios de Autazes e Careiro da Várzea, perfazendo 26.395 hectares e com uma população de aproximadamente 2.500 indígenas.

Na sequência de ações dos latifundiários para inviabilizar a demarcação das terras dos Mura, agora é a vez de usar a pata dos búfalos. Moradores das comunidades de Ponciano, Ajuricaba, Murutinga, Jutá e Capivara denunciam que os posseiros e fazendeiros das proximidades têm levado búfalos para os roçados. Eles destroem as plantações e poluem as águas dos rios e igarapés utilizados pelas comunidades. “Quando os tuxauas tomam atitude para impedir a entrada dos búfalos, a polícia é chamada para prendê-los. Esse é o maior problema que nós estamos enfrentando agora porque os fazendeiros acham que podem comprar a polícia”, denuncia Raimundo Nonato Marques Men-



Búfalos, silvinita, cooptação política, violência e invasão do território são alguns dos atuais desafios do guerreiro povo Mura, que ainda luta pela demarcação de suas terras tradicionais

donça, tuxaua da aldeia Ferro Quente e coordenador do Conselho Indígena Mura (CIM).

Prisão arbitrária

Trinta dias depois de ser preso supostamente “em flagrante”, Ademar Coelho da Silva, morador da comunidade Ponciano, foi finalmente liberado e deverá responder ao processo em liberdade. No final da tarde do dia 25 de abril deste ano, um grupo de posseiros se aproximou de forma ameaçadora de sua casa flutuante, às margens do Rio Mutuca, em um barco usado para transportar gado. Para conter os invasores, ele chegou a disparar um tiro de espingarda.

No dia seguinte, por volta das 14h, um policial e dois guardas municipais de Autazes foram à casa de Ademar e o prenderam. Ele foi algemado por um dos integrantes do grupo que o havia ameaçado no dia anterior.

Devido à disputa pela terra, a família de Ademar sofre perseguições de pecuaristas que cobiçam o território desde 2008. A sua casa, em terra firme, foi incendiada e a família ficou sem paradeiro até fevereiro de 2015, quando se instalou na casa flutuante de um amigo. Mas as perseguições não pararam.

Desde o início deste ano, Ademar registrou várias ocorrências na delegacia do município do Careiro. Todas com descrição semelhante: um grupo de posseiros se desloca para as proximidades de sua casa, muitos embriagados, e de lá fazem xingamentos e até ameaça de morte, diretamente a Ademar.

Preso em Autazes, Ademar ficou impedido de manter contato com a família. Sua esposa, Neuza Rodrigues da Costa, foi informada de que só poderia vê-lo depois de 30 dias. Após intervenção da Coordenação Técnica Local da Funai – que, por sinal, demorou muito a atuar no caso, ela conseguiu falar com o esposo antes desse prazo.

A prisão causou profunda indignação nos indígenas e perplexidade nas entidades de apoio à causa indígena. Um documento questionando a legalidade da prisão foi protocolado na Delegacia de Polícia de Autazes, no Ministério Público Federal, na Funai e na Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

Mineração e violações

Outro flanco de ataque aos direitos dos Mura é a implantação de um projeto de exploração de silvinita

pela empresa Potássio do Brasil nos municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, que afetará quatro terras ainda não demarcadas com uma população de aproximadamente 3 mil indígenas. Na região foi descoberta uma grande jazida desse mineral, utilizado na fabricação de fertilizantes. Duas audiências públicas foram realizadas neste ano para a apresentação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), patrocinados pela própria empresa, onde não consta qualquer garantia de proteção às terras e aos direitos dos povos indígenas. As lideranças dos Mura relatam que na fase de estudos, funcionários da empresa recolheram várias peças arqueológicas de cemitérios e outros locais com vestígios da presença indígena. Não se sabe qual foi o destino delas.

Segundo o tuxaua da comunidade de Urucurituba, Aldinelso Moraes Pavão, “a maior preocupação é com os impactos ambientais. Ninguém sabe para onde vão os resíduos, para onde vai ser escoada a água salobra que resultará da exploração da silvinita”.

Interferência política

Dividir para conquistar tem sido uma precisa estratégia para desarticular e desmobilizar a luta dos Mura. Vereadores e prefeitos procuram formar seus “currais eleitorais” sem deixar de fora os indígenas da cidade. A sedução dos eleitores, agora, não se limita a pequenos presentes. A cooptação tem sido feita através da oferta de cargos e empregos públicos. Na alternância dos gestores municipais, os indígenas acompanham a dança dos cargos e o resultado tem sido uma severa perda na luta pela terra pois, de um modo geral, quem está ligado aos grupos políticos dominantes evita se envolver ou se pronunciar em favor daqueles que lutam pela demarcação.

Resistir para existir

Longe da postura e da fama de seus antepassados que rechaçavam a colonização na região do Rio Madeira ou daqueles que lutaram na Cabanagem (1835 a 1840), os Mura continuam a resistir às investidas de seus inimigos atuais. O tuxaua Raimundo Nonato Marques avalia que as comunidades demonstram muita vontade e capacidade de resistir até o fim contra as injustiças e de avançar na garantia dos seus direitos. ♦

Indígenas denunciam a realidade brasileira na ONU

Lideranças desmascaram imagem idílica vendida pelo Brasil ao exterior e revelam o cotidiano da violação de direitos e violência praticadas contra os povos originários no país

Carolina Fasolo e Renato Santana, Assessoria de Comunicação

O governo brasileiro bem que tentou esconder, mas lideranças indígenas levaram a realidade das comunidades país a fora ao Fórum Permanente para Questões Indígenas, da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado entre 22 de abril e 1º de maio, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

No dia 24, as principais ofensivas aos direitos indígenas no Brasil, além do aumento da violência e criminalização de lideranças, foram o eixo central da fala de Lindomar Terena. Na carta dirigida à mesa diretora do Fórum, constava a denúncia de que 18 terras indígenas estão na mesa da presidente Dilma Rousseff aguardando homologação. Já na mesa do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, 12 terras aguardam a publicação da Portaria Declaratória. Nenhuma delas tem qualquer impedimento judicial ou administrativo.

A carta gerou protestos de representantes do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. “O governo respondeu à carta dizendo que a realidade dos povos indígenas é difícil em todo o mundo. Disse ainda que reconhece os problemas, mas que estão trabalhando para a solução. De que país essa gente estava falando, eu não sei”, afirmou Sônia Bone Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Segundo ela, a vice-presidente do Fórum, Ida Nicolaisen, disse que ficou espantada com as denúncias. “O governo federal vende aqui fora que está tudo bem, que os povos vivem em harmonia com o projeto governamental... A nossa fala contradiz tudo o que eles estão mostrando. A vice-presidente afirmou que a situação do Brasil não pode mais uma vez ser deixada de lado, que a ONU precisa pressionar o governo a demarcar terras, melhorar a situação”.

No dia 27, Eliseu Lopes Guarani-Kaiowá, liderança de Kurusu Ambá, levou ao Fórum a dura realidade no Mato Grosso do Sul. “Na região em que vivo, de 2003 a 2013 houve mais de 150 conflitos entre meu povo e fazendeiros da região. Neste período tivemos pelo menos 15 lideranças assassinadas, a maior quantidade do país, cujos inquéritos policiais não resultaram em nada”.

O Mato Grosso do Sul concentra 53% dos assassinatos de indígenas do Brasil. Nos últimos 12 anos, foram 380 mortes. O número de suicídios também espanta: 660 casos no mesmo período, o equivalente a um caso por semana. Destes, 70% eram jovens do povo Guarani-Kaiowá. “Não estão inclusos neste levantamento os casos de 2014, porém já sabemos que houve 36 homicídios e 47 suicídios”, revelou.

O estado, que abriga a segunda maior população indígena do país, com 75 mil pessoas, é o que tem o menor número de terras demarcadas. “Nossas reivindicações são de apenas 2,3% do território do estado e não estão em faixa contínua. Enquanto o gado pode ter 70%, nós não podemos ter 2,3%”, disse Eliseu.

Visita da ONU

A Relatora Especial sobre Direitos Indígenas da ONU, Victoria Tauli-Corpuz, disse, durante encontro com lideranças indígenas brasileiras no dia 29, que pretende visitar as comunidades do país tão logo receba



Lindomar Terena e Eliseu Lopes Guarani-Kaiowá demandaram que o Brasil respeite sua própria Constituição

um convite oficial do governo. Victoria ressaltou a importância das denúncias feitas pela comitiva do Brasil ao longo do Fórum. “Esperamos que ela possa visitar as aldeias onde não cabe mais gente, as retomadas, os acampamentos, para ver nossos barracos de lona, a falta de água, de comida... pro mundo todo entender como a gente vive”, explicou Eliseu Lopes.

Lindomar Terena enfatizou: “Nós, que sofremos na pele, no dia a dia, estamos mostrando aqui, para várias entidades e países, que o Brasil tem uma dívida histórica para com os povos indígenas e precisa honrá-la. Tudo o que queremos é que o Brasil cumpra a própria Constituição, que respeite e reconheça o nosso território e os nossos direitos”.

Assassinato no Maranhão

No dia 30, o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber César Buzatto, denunciou na ONU o assassinato do indígena Eusébio Ka'apor, ocorrido no dia 26 de abril por lutar pela preservação da Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu, no Maranhão (*leia mais na página 13*). Buzatto ressaltou a ausência e omissão do Estado brasileiro, especialmente do Ministério da Justiça, em relação à exploração ilegal de madeira dentro do território dos Ka'apor, que sofrem constantes ameaças de morte por expulsarem madeireiros da TI, e pediu que o governo brasileiro promova uma “ampla e irrestrita investigação” a fim de que os assassinos de Eusébio sejam responsabilizados pelo crime.

“O lampejo indigenista na Constituição está a ponto de perder o brilho”

“Não é possível que a vitória que indígenas e nós todos celebramos com a promulgação da Constituição de 1988 tenha sido apenas um furtivo relâmpago em meio às trevas que continuariam ao longo dos anos subsequentes e agora estão ficando cada vez mais espessas, a ponto de o lampejo indigenista na Constituição perder de uma vez o seu brilho”. Com uma fala contundente, Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu (PA) e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), se pronunciou sobre a questão indígena na manhã do dia 22 de abril, durante a 53ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB), em Aparecida do Norte (SP).

“Não relato fatos do passado, mas acontecimentos que ocorrem nestes dias. Tento mostrar o calvário de 305 povos indígenas tratados como estrangeiros em seu próprio país e acusados até de usurpadores de suas terras tradicionais ou então de invasores de propriedades produtivas”, denunciou Dom Erwin.

Diante de uma conjuntura adversa aos povos indígenas, com ataques partindo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e lembrando das últimas decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que anularam



procedimentos demarcatórios, o bispo proporcionou elementos para uma reflexão aguçada sobre a realidade dos povos indígenas. “O atual governo, ao favorecer abertamente os ruralistas, mostra-se intransigente para com os indígenas e quilombolas. Não aceita diálogo e rejeita qualquer questionamento ou crítica aos seus planos e projetos desenvolvimentistas. Essa postura arrogante estimula a perseguição e as violências contra os povos indígenas”, avalia Dom Erwin. ♦

Ka'apor acusam madeireiros por assassinato na TI Alto Turiaçu

Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação

O agente indígena de saneamento Eusébio Ka'apor, 42 anos, da aldeia Xiborendá, da Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu, no Maranhão, foi assassinado no dia 26 de abril com um tiro nas costas. Ele voltava da aldeia Jumu'é Ha Renda Keruhu, na garupa de uma motocicleta conduzida pelo indígena K.K., quando, por volta das 18h30, dois homens encapuzados os abordaram pedindo que parassem e em seguida acertaram um tiro nas costas de Eusébio.

De acordo com indígenas que pediram pra não serem identificados, os responsáveis pelo crime são madeireiros do município de Centro do Guilherme, que mataram Eusébio devido às ações de autofiscalização e vigilância territorial iniciadas em 2013 pelos Ka'apor, que culminaram, em março deste ano, no fechamento de todos os ramais de invasão madeireira da TI. Eusébio era um importante guerreiro no combate à exploração ilegal de madeira e membro do Conselho de Gestão Ka'apor.

O filho de Eusébio, depois de deixar o corpo do pai na cidade de Zé Doca, voltava para sua aldeia quando, no município de Santa Luzia do Patuá, foi abordado por um madeireiro identificado como Marcílio, que afirmou que outros indígenas e apoiadores dos Ka'apor também poderiam ter morrido. Perguntou ainda quando eles "liberariam a madeira".



Eusébio era uma das lideranças no combate à exploração ilegal de madeira dentro da terra indígena Ka'apor

A violência contra os indígenas tem se intensificado nos últimos meses, depois do fechamento do último ramal madeireiro. "Fechamos todos os ramais e criamos oito aldeias nas entradas, pra impedir que voltem. Mas de lá pra cá aconteceram três roubos de motos seguidos de agressão, e sempre cometidos por duas ou três pessoas encapuzadas e com espingardas", contou uma liderança do Conselho Ka'apor. "As ameaças de morte são constantes há muito tempo. Agora eles mataram mesmo pra intimidar... Estão dizendo que é melhor liberarmos a madeira do que morrer mais gente. Não sabemos o que fazer, porque não temos proteção nenhuma. O Estado não faz nada". ♦

Univaja denuncia morte de crianças

Cimi Regional Norte I

De janeiro a março deste ano seis crianças morreram na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, situada no oeste do Amazonas, na fronteira com o Peru. De acordo com a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), o atendimento às comunidades continua extremamente precário. As seis crianças mortas são dos povos Marubo, Kanamari, Kulina, Matis e duas Mayoruna. Os óbitos tiveram como causa pneumonia, complicações no parto e dificuldade respiratória.

Segundo Paulo Marubo, coordenador da Univaja, os polos-base estão sem medicamento e as comunidades padecem

por falta de atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A TI Vale do Javari abriga seis povos além de um grande número de grupos sem contato com a sociedade envolvente. Há mais de 30 anos os indígenas lutam por melhorias no atendimento à saúde, sobretudo porque há um grande número de casos confirmados de hepatite tipo "B", que não tem cura.

Ameaça de malária

As dificuldades encontradas pela Fundação de Vigilância em Saúde (FVS) para atender as comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Itamarati podem levar a um aumento dos casos

de malária na região, afetando principalmente os Deni e Kanamari do Rio Xerua. O alerta foi feito pelos indígenas à equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que atua na região do Médio Solimões e afluentes.

Dados da FVS revelam que no período de 1º de janeiro a 20 de março foram realizados nas sete aldeias do Rio Xerua (Deni e Kanamari), 851 exames, sendo 157 positivos. Os indígenas afirmam que esse número é muito maior.

Nos anos 1970, a população Deni esteve prestes a desaparecer devido à tuberculose. Vinte anos depois, uma epidemia de sarampo e malária dizimou cerca de 20 por cento da sua população. ♦

Guarani-Kaiowá retomam duas áreas da TI Ypo'i-Triunfo

Assessoria de Comunicação

Mais um capítulo se soma ao histórico de luta pela terra dos Guarani-Kaiowá do tekoha (lugar onde se é) Ypo'i, no município de Paranhos, Mato Grosso do Sul. Na noite do dia 29 de abril, a comunidade realizou retomadas em duas áreas na fazenda São Luís, incidente sobre a Terra Indígena (TI) Ypo'i-Triunfo. Essa é a única terra Guarani-Kaiowá que aguarda a publicação do Relatório Circunstancial de Identificação e Delimitação pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 2012, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região decidiu pela permanência dos indígenas no local até a conclusão da demarcação.

As retomadas ocorreram sem violência, mas em Paranhos, de acordo com os Guarani-Kaiowá do Ypo'i, capangas foram

arregimentados para atacar a comunidade. Não seria a primeira vez. O acampamento Ypo'i congrega cerca de 200 pessoas.

Os Guarani-Kaiowá do Ypo'i ficavam literalmente trancados dentro da fazenda. Para chegar até o tekoha era preciso pedir a chave da porteira para o caseiro da propriedade. "O estopim foi o fato de que uma motocicleta usada pela comunidade foi detida por fazendeiros e apreendida enquanto um dos indígenas atravessava a divisa do tekoha com a fazenda", comunica o Regional Mato Grosso do Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

As lideranças do Ypo'i reivindicam três pontos: segurança para a comunidade em "luta legítima por seus direitos", depois das duas retomadas; demarcação imediata da TI Ypo'i-Triunfo; e punição aos assassinos de Rolindo e Genivaldo Verá, mortos durante um ataque de milícia ocorrido há quase seis anos. ♦

Pauta Indígena

2/4

- PGR recorre de decisão que não reconhece Limão Verde como terra indígena

6/4

- Apib entrega carta de reivindicações para presidente Dilma

7/4

- Funai não comparece à audiência sobre mineração que afetará indígenas

9/4

- Justiça Federal autoriza reintegração de posse em aldeia no Jaraguá, em São Paulo

10/4

- Povos de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas reúnem-se para defender direitos indígenas
- A universidade foi conquistada pelos Guarani, Kaingang e Xokleng Laklânô

13/4

- Povos indígenas fecham rodovias no Mato Grosso do Sul

14/4

- Cerca de 1,2 mil indígenas ocupam Brasília para Mobilização Nacional
- Em vigília, indígenas exigem que ministros do STF garantam seus direitos
- Mobilização espalha-se em atos pelo país com reivindicações do ATL

15/4

- Depois de Marcha indígena na Esplanada, Rossetto recebe lideranças
- Indígenas reafirmam a presidente da Câmara que resistirão contra PEC 215
- Ministro Dias Toffoli recebe lideranças indígenas no STF

16/4

- Em dia de solenidades, indígenas recebem apoio de parlamentares mas são constrangidos no Congresso
- Temer diz desconhecer paralisação das demarcações de terras indígenas
- Indígenas levam reivindicações à Comissão de Direitos Humanos da Câmara

20/4

- ATL contra Alzheimer jurídico dos Três Poderes e bancadas
- Contra propostas anti-indígenas, lideranças Guarani-Kaiowá continuam em Brasília

21/4

- Awá contatada segue à beira da morte enquanto Funai e Sesai decidem quem, como e onde deve atendê-la

22/4

- Morre a liderança indígena Eva Kaxixó

23/4

- Tímida resposta do governo federal não agrada povos e organizações indígenas
- Lideranças Tupinambá ocupam Núcleo de Educação no sul da Bahia
- Direitos territoriais e acesso à Justiça serão debatidos em etapa regional da Relaju

27/4

- Em nota, CNBB afirma que conquistas democráticas estão ameaçadas
- Seminário discute exploração de petróleo e traça alternativas para o Vale do Juruá (AC)

30/4

- Justiça ordena prosseguimento de demarcação de Terra Munduruku

É o silêncio que ensina

O povo Ashaninka acredita na existência de um mundo invisível por trás do mundo visível. Nesse sentido, as famílias mantêm viva a tradição de meditar todas as noites, buscam o equilíbrio entre reflexão e ação e fazem da estética parte importante de suas vidas cotidianas

Durante mais de dez anos, o antropólogo Peter Beysen pesquisou a cosmovisão, o modo de ser, os valores e o cotidiano dos Ashaninka. Ele e Sonja Ferson foram os responsáveis, respectivamente, pelo texto e pelas fotos da exposição *Ashaninka - O Poder da Beleza*, realizada em 2014 no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Os Ashaninka ocupam, hoje, uma região de fronteira entre o Brasil e o Peru. Somam aproximadamente 100 mil pessoas, sendo que apenas cerca de 1,3 mil indígenas habitam o lado brasileiro. Leia abaixo trechos do texto que revelam um pouco dos saberes e da cosmovisão deste povo.



Fotos: Sonja Ferson

Peter Beysen, Antropólogo

No Brasil, os Ashaninka ocupam os rios Breu, Amônia e Arara, afluentes dos rios Juruá e Envira, tributários do Rio Tarauacá, no Acre. Em território peruano, encontram-se às margens dos rios Apurimac, Ene, Perene, Tambo, Alto Ucayali e Pachitea. São um dos mais significativos grupos indígenas que se encontram na bacia superior do Amazonas, sendo o mais extenso grupo cultural de índios amazônicos do Peru.

Não são apenas os desenhos faciais que nos oferecem informações para entender o estilo de vida Ashaninka. A parte do rosto na qual aplicam o desenho é também de suma importância: é na testa ou frente que o “pensar” está localizado; os olhos são o espelho do pensar e a boca é o eco do pensamento.

Os Ashaninka sempre agem no intuito de manter o equilíbrio. Wenki Piäko disse: “Nossa cabeça é como o mundo todo e o mundo é como a nossa cabeça. A testa é o pensar. O pensar é a calma, a ação, adrenalina, o susto e a reflexão. Assim os Ashaninka sempre fizeram para defender o que é nosso. Sempre pensar, pensar, pensar não é bom. Tem que ter ação também. Fazer. Sempre fomos guerreiros. Às vezes, é melhor se manter escondido. A calma. No mundo é também assim. Se o equilíbrio é quebrado, o mundo faz sentir isso, dá advertências, avisos. Isso

dá um susto e pessoas vão fazer algo. Pensar, refletir é muito importante, mas não se pode esperar demais para fazer as coisas num caso desses. Nossa cabeça é como o mundo e o mundo é como a nossa cabeça. Se há algo no mundo acontecendo, os Ashaninka sentem, sabem disso. Em qualquer lugar onde algo está acontecendo”.

As pinturas corporais possuem informações e somente quem as fez sabe o que significam. O mesmo vale para os motivos escolhidos para serem pintados nos *kitarentses*, túnica longa que comunica corpo e cosmos. Cada linha desenhada, tatuada ou tecida é conectada aos mitos e à vida social do povo. A arte Ashaninka visa alcançar leveza e invisibilidade frente aos inimigos e sedução frente àqueles que se quer atrair.

O estilo de vida Ashaninka é marcado pela observação e pela reflexão. Todas as noites a família se reúne para meditar, para estabelecer contato com os seres invisíveis, através da concentração, para refletir sobre o dia seguinte e sobre a vida. Homens, mulheres e crianças participam deste longo ritual de meditação.

Tomar banho e fazer uma pintura facial enquanto se está olhando num espelho é a primeira coisa que fazem quando acordam. Um ritual obrigatório. Bem cedo, os homens vão buscar lenha na floresta ou caçar. As mulheres vão coletar mandioca, cada uma na sua roça. Os outros se produzem corporalmente e esbanjam uma atitude positiva ao visitar vizinhos ou, simplesmente, sentam-se em um banquinho virado para o sol que começa a se levantar. Comentam, regularmente, a noite anterior: os sons escutados, os animais ouvidos e os sonhos.

Quando a comida está pronta, a família se reúne em casa em torno do prato de alumínio ou em torno de uma folha de bananeira na qual a mandioca e a carne/peixe é servida pela mulher. Chama-se, eventualmente, os vizinhos: “*Hame puia!*” (vamos comer!).

Os homens e as mulheres comem separados, mas muito próximos uns dos outros de modo que a conversa é comum. Retiram a carne do prato,

tiram um pedaço e a colocam de volta novamente. Falam sempre *atama* (obrigado), tanto para o homem quanto para a mulher da casa, quando se deixa o círculo. Na polidez Ashaninka, nunca se deve demonstrar que se tem fome. Os homens comem pouco, pois dizem que para desviarem das flechas do inimigo devem ser magros. Depois da comida, bebem uma cuia de água, mingau de banana ou caçuma (bebida fermentada de mandioca).

Ao longo do dia, comem frutas e “nozes”. Banana (*paliantse*), mamão (também preparado quente, no fogo), melancia, limão, abacaxi, abacate, ingá, cana, milho, pupunha, palmito, pama (tipo de cabaça), orelha-de-pau e muitas frutas da floresta.

No final da tarde começa a meditação: sentam-se juntos, em silêncio, de preferência de frente para onde o sol nasce. Para os Ashaninka é o “silêncio” que ensina. Cada movimento, cada som, cada ruído está sendo percebido e interpretado enquanto se fuma o tabaco. Os Ashaninka são fortemente conscientes de sua postura corporal e mental.

“Onde estamos agora é embaixo. Onde ficávamos primeiro é lá em cima, em cima, em cima da terra, em cima do céu. Por isso, você tem que ouvir a conversa (meditação) todo dia de tarde, tem que pensar maneiramente que não pode brincar muito assim” (sobriedade é a regra e, quando esta é quebrada, corre-se o risco de ser punido: uma doença ou uma cobra vem morder a pessoa).

Quando se vai dormir, cumprimenta-se todos os presentes na casa, às vezes, até mesmo os vizinhos: *hamai*, (vou dormir), cada vez seguido pelo nome de cada um dos presentes que responde com um *hé-hé* afirmativo. Dorme-se no chão, na plataforma da casa, bastante flexível, fazendo-se um “ninho” aconchegante com todos os panos que se tem e sob um mosquito.

As comunidades no Rio Envira estão em constante transformação. Houve um tempo em que os seringueiros moravam entre os Ashaninka do Rio Envira. Mas essa convivência cessou logo depois da demarcação de suas terras. Recentemente, com a chegada dos índios “isolados”, perseguidos pelos madeireiros fortemente armados no Peru, os Ashaninka se vêem, novamente, na situação de evitar possíveis conflitos e de ter parte de seu território ocupado. ♦



Plurinacionalidade em xeque

Por resistirem à presença governista em sua comunidade, no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (Tipnis), na Bolívia, indígenas do povo Yuracaré são criminalizados e processados por roubo qualificado em Trinidad

Renata Albuquerque de Moraes,
Antropóloga e Doutoranda na Universidade de Brasília (UnB)

Na noite de 19 de maio de 2015 recebi a notícia de que três indígenas do povo Yuracaré, residentes na comunidade de Nueva Lacea do Rio Sécore, estão sendo processados por roubo qualificado pela Procuradoria Municipal de Trinidad, a capital do departamento de Beni, localizado nas terras baixas da Bolívia. A comunidade é uma das 64 do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, o Tipnis, palco dos principais conflitos políticos nos últimos anos do governo Evo Morales.

Em minha última viagem ao Tipnis fui recebida com muito carinho na comunidade de Lacea, onde estive por cerca de um mês. Ali tive a oportunidade de conversar com os *comunarios* sobre suas estratégias de resistência aos planos governamentais de construção de uma estrada através do Tipnis, e entre os tantos assuntos sempre aparece a temática dos *decomisos* e de outras estratégias de aplicação de sua justiça comunitária.

Acontece que a Bolívia Plurinacional, a Bolívia do *Vivir Bien*, deveria garantir autonomia política e jurídica às comunidades e aos territórios indígenas, cenário que está longe de ser realizado. Diante das injustiças recorrentes e através de suas estruturas políticas orgânicas, as comunidades decidem pelo que consideram como solução e acabam tendo de enfrentar na justiça ordinária os custos da sua aplicação: em 2013 acompanhei outro caso de indígenas processados em Trinidad por aplicar sua justiça comunitária, apesar de esse direito estar contido na nova Constituição do país, de 2010. Há, sobretudo, um problema de jurisdição, já que esses casos deveriam ser processados diante da justiça indígena e não da ordinária.

Os *decomisos* são estratégias de retomada do controle sobre o território, são confiscos de objetos diversos que têm o intuito de controlar o acesso ao Tipnis. Desde que os conflitos na região se intensificaram, diante da polêmica sobre a construção de uma estrada através do território, o acesso à região tornou-se matéria especialmente importante.

Têm-se notícias de outros barcos que foram *decomisados* por entrarem pelos rios Isiboro e Sécore sem a permissão das Sub-Centraís da região. Em 2013, por exemplo, o motor de um barco que rondava um acampamento (notoriamente tentando recolher informações políticas em um momento crítico de disputas) foi confiscado por decisão unânime dos indígenas reunidos. A prática é recorrente e pode ser justificada de diferentes maneiras: se *decomisa* motores dos barcos que não são bem-vindos; madeiras extraídas ilegalmente; materiais utilizados em práticas de suborno. Uma prática mobilizada em defesa da autonomia das comunidades sobre seu território ameaçado.

Em abril deste ano, com as proximidades das eleições para governadores, os *comunarios* de Nueva Lacea confiscaram o motor de um barco de uma deputada



Em reunião na comunidade de Nueva Lacea, membros do povo Yuracaré discutem temas orgânicos: governo de Evo Morales não responde aos interesses de grande parte do movimento indígena da Bolívia

indígena eleita pelo MAS, o partido de Evo Morales. A deputada Ramona Moye, que foi eleita pela jurisdição especial do Tipnis, aportou na comunidade de Lacea sem permissão, mesmo sendo reconhecida a oposição daquela pequena comunidade ao governo de Morales. Ela fazia campanha para o agora governador eleito Alex Ferrier, também partidário do *Movimiento al Socialismo* do presidente.

Diante de tantas hostilidades entre o governo e as comunidades que resistem à construção da estrada no território, as relações entre governistas e opositores estão profundamente desgastadas há anos, situação que se manifesta de maneira mais ou menos tensa em qualquer encontro entre os diferentes segmentos políticos.

De acordo com o que foi relatado, o *cabildo* da comunidade ficou responsável pelo motor confiscado e decidiu devolvê-lo aos seus donos logo depois do *decomiso*. Mesmo assim, e não ocasionalmente depois da eleição do governador MASista, a deputada decidiu dar continuidade ao processo e acusar três indígenas da comunidade (um deles menor de idade) diante da Promotoria Municipal de Trinidad.

Dois aspectos desse episódio são especialmente perturbadores e igualmente graves. O primeiro é a desconsideração do caráter comunal da decisão do *cabildo*, que implicou na ordem de prisão dirigida a três indígenas. Mesmo que eles tenham protagonizado qualquer ação no momento do confisco, respondiam à deliberação de suas autoridades locais e não deveriam ser individualmente responsabilizados por uma disputa política maior do que eles. Vale dizer que Ermínio e Timoteo, dois dos acusados, já sofreram perseguições de outras ordens e são jurados de morte em algumas regiões do parque. Suas atividades políticas implicam em risco para suas vidas e para a de suas famílias, situação inadmissível em qualquer país, mas especialmente em um Estado recentemente refundado como Plurinacional.

O outro aspecto perturbador é a alquimia jurídica que envolve o caso, capaz de ter transformado uma disputa política que deveria ser resolvida diante da justiça indígena em um crime registrado na justiça ordinária. Através das lentes plurinacionais, o episódio não deveria ser enquadrado como roubo, havendo espaço na justiça indígena para que o conflito de perspectivas seja apreciado e solucionado. Quando se apresentaram diante da promotora Lúbia Peralta na tarde do dia 20 de maio, esse argumento foi mobilizado e os indígenas reivindicaram que se aceite que o episódio seja resolvido pela justiça comunitária. Essa será a grande disputa envolvendo a situação.

Quando representantes do movimento indígena acionam a justiça ordinária para resolver um conflito próprio do território dão provas que privilegiam a manutenção de uma suposta estabilidade política de Morales em detrimento do fortalecimento dos avanços que os povos indígenas bolivianos arrancaram do Estado nas últimas décadas. No limite, esses segmentos indígenas governistas enfraquecem o *proceso de cambio* que reivindicam, descaracterizando o significado profundo da plurinacionalização, tal como ela aparecia em 2009 e depois em 2010.

Já não nos servem os discursos heroicos emocionados de Evo Morales. A Bolívia, apesar de alguns avanços institucionais e constitucionais importantes, segue sendo palco de perseguições políticas graves e de práticas de atropelo sistemático aos direitos indígenas. O governo de Evo Morales não responde aos interesses de grande parte do movimento indígena do seu país e de maneira recorrente mobiliza episódios polêmicos como via de criminalização individual de lideranças e de *comunarios* indígenas. A criminalização que quer passar como aleatória é a outra face da perseguição política daqueles que resistem aos avanços desenvolvimentistas no país do *Vivir Bien*. ♦

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Ângelo Pankararé: 35 anos de luta

Benedito Presia, historiador

Pouco se fala da comunidade Pankararé, localizada no nordeste da Bahia. Este povo fez parte da nação Brankararu, chamada hoje de Pankararu, e viveu na ilha de Sorobabé e na aldeia de Nossa Senhora de Belém, na ilha de Acará, ambas localizadas no baixo Rio São Francisco, como se lê num levantamento de 1749*. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, esses aldeamentos foram extintos. O alagamento das terras para dar lugar à represa de Itaparica, realizado décadas atrás, também apagou marcos importantes da cultura e tradição dos Pankararé.

A coroa portuguesa pouco se interessou pelos indígenas, considerados mão de obra escrava. Assim, eles foram espalhando-se pelas fazendas da região ou criando pequenas posses. Algumas famílias deslocaram-se para Pernambuco, incentivadas pelos padres da Missão, conhecidos também como Lazaristas, em um local que ficou conhecido como Brejo dos Padres, formando a comunidade Pankararu. Outro grupo continuou no território baiano, indo para o Brejo do Burgo, próximo a uma das regiões mais secas do Brasil, o Raso da Catarina. Talvez o nome Brejo do Burgo seja uma deformação de Brejo do Bugre, modo pejorativo de se referir aos indígenas que foi bastante empregado no Brasil e, infelizmente, ainda é.

Por viverem em uma região muito seca, pouca gente se interessava em entrar na área, exceto alguns foragidos da lei, como o grupo cangaceiro de Lampião, que chegou até a aliciar alguns indígenas.

A construção da barragem de Itaparica mudou a região. Novas cidades foram formadas, como Nova Glória, que substituiu a antiga vila, alagada pela usina. E as terras indígenas passaram a ser cobiçadas por esses novos habitantes. A entrada de pessoas “de fora” estimulou os casamentos mistos, e outros costumes foram absorvidos pela comunidade indígena. Muitas tradições começaram a se perder.

Até que um dia, alguém resistiu àquela situação: Ângelo Pereira Xavier.

Foi uma surpresa, pois ele era casado com uma mulher branca e tinha “quatro ou cinco roças, vários empregados, carro para levar suas produções para a feira, animais, boa casa de moradia, boa casa de farinha”, como relatou seu filho Renato. Embora tivesse uma vida igual a de outros posseiros, naquele momento, sua consciência indígena falou mais alto.

A arbitrariedade era enorme. “Se um índio tinha um pedacinho de terra, o branco vinha e tomava. Quando ia reclamar, enrolavam, enrolavam... e a justiça sempre apoiava o branco”, declarou seu filho.

Pela defesa que fazia dos indígenas, Ângelo foi jurado de morte. A tensão aumentou quando um político influente da região elegeu-se prefeito de Nova Glória.

Como a comunidade estava se organizando em torno de Ângelo, as pressões aumentaram contra ele. Quiseram comprá-lo. E era muito dinheiro. “Dava pra comprar uns dois ou três sítios”, observou Renato. Mas sua resposta era sempre a mesma: “Jamais aceito isso!”. Dobraram a quantia e chegaram a oferecer até um carro. A resposta continuou a mesma.

A partir de um processo de criminalização, Ângelo, de vítima, passou a ser considerado agressor. A polícia chegou a ir à sua casa e confiscar um revólver e algumas espingardas, que ele usava para caçar. Já não podia mais andar só devido às ameaças de morte.

Sem sucesso, ele buscou a proteção da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na época o Brasil vivia a ditadura militar e a lei era só para os ricos. “Meu pai foi a Salvador e a Recife pedir um posto policial e a Funai ficava enrolando, dizendo que ia amanhã, que ia depois... e nada fez...”, contou Renato.

O anunciado crime aconteceu no dia 26 de dezembro de 1979. Um rapaz não índio, próximo da comunidade indígena, foi aliciado e aceitou puxar o gatilho. Numa emboscada, Ângelo foi mortalmente atingido por um tiro.

A notícia, dada pela televisão em rede nacional, chocou o país, sobretudo os grupos que lutavam pela redemocratização. A questão indígena tornava-se uma bandeira de luta.



Com a sua morte, a comunidade, ao invés de se intimidar, fortaleceu a luta.

A Funai passou a dar mais atenção àquela área, instalando ali um Posto Indígena, o que diminuiu a arbitrariedade policial. Entidades indigenistas fizeram-se presentes, dando relevante apoio a esse povo, que se reorganizava.

Mesmo entre os Pankararé que preferiram migrar para São Paulo, o legado de Ângelo teve continuidade na ação de seus filhos, como Renato e Alaíde, incansáveis lutadores. Que as novas gerações Pankararé, em São Paulo, na Bahia ou em Pernambuco, sempre tenham em Ângelo uma especial inspiração para as suas vidas. ♦

* Informação Geral de Pernambuco, 1749. In: ABREU, Capistrano. Capítulos de História Colonial (1500-1800), 5ª ed., Rio de Janeiro, 1969, p. 206.